

Guellati, Yacine; Monteiro, Claudio Dantas; de Oliveira Júnior, Almir

Working Paper

O Brasil em 2035: Tendências e incertezas para a área social

Texto para Discussão, No. 2348

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Guellati, Yacine; Monteiro, Claudio Dantas; de Oliveira Júnior, Almir (2017) : O Brasil em 2035: Tendências e incertezas para a área social, Texto para Discussão, No. 2348, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/177564>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

2348

**O BRASIL EM 2035: TENDÊNCIAS E
INCERTEZAS PARA A ÁREA SOCIAL**

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**Yacine Guellati
Claudio Dantas Monteiro
Almir de Oliveira Junior**



O BRASIL EM 2035: TENDÊNCIAS E INCERTEZAS PARA A ÁREA SOCIAL

Yacine Guellati¹

Claudio Dantas Monteiro²

Almir de Oliveira Junior³

1. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

2. Pesquisador do PNPD na Dinte/Ipea.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional (Aspla) do Ipea.

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Desenvolvimento e Gestão**
Ministro Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Rogério Boueri Miranda

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais
de Inovação e Infraestrutura, Interino**

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Sergio Augusto de Abreu e Lima Florencio Sobrinho

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2017

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: I00; J10; J11; L38; O18.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 ANÁLISE RETROSPECTIVA E IDENTIFICAÇÃO DAS SEMENTES DE FUTURO	11
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	53
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	57
APÊNDICE	59

SINOPSE

No Brasil, tem havido grandes dificuldades em se realizar um planejamento que ultrapasse o período de quatro anos estabelecidos nos planos plurianuais (PPAs). Por isso, o debate sobre planejamento de longo prazo no país, ainda que de interesse de diversos setores, detém pouco espaço na agenda política e das burocracias. Com base nessa consideração, este texto propõe iniciar um novo ciclo de debates sobre a temática apresentando questões e fatores que subsidiem estratégias de longo prazo. A partir do ferramental metodológico da prospectiva estratégica, expõem-se tendências e incertezas para a dimensão social no caso brasileiro, contemplando temáticas como as mudanças demográficas no Brasil, as desigualdades, a infraestrutura social urbana, o aumento nos anos de escolaridade da população e o uso da tecnologia na educação. O texto se insere no âmbito do projeto Brasil 2035, cujo objetivo foi gerar subsídios para a formulação de estratégias de desenvolvimento para o Brasil, a partir da construção de cenários prospectivos. Trata-se, portanto, da apresentação de uma etapa prévia do processo prospectivo de identificação e análise das principais variáveis. Não se trata de ser conclusivo, ao contrário, procura-se apresentar alguns fatores e perguntas-chave que impactarão o desenvolvimento brasileiro até 2035.

Palavras-chave: cenários prospectivos; planejamento de longo prazo; sociedade; políticas públicas; mudanças demográficas; infraestrutura social urbana; educação e cultura.

ABSTRACT

In Brazil, it has been difficult to elaborate governmental planning surpassing the four-year spectrum from the Pluriannual Plans. Despite the fact of long-term planning attracting a wide range of sectors, it still occupies a small space in both political and State agendas. Hence, the present study intends to initiate a new cycle of debates regarding the issue as it presents questions and factors to subsidy long-term strategies. Using methodological tools from Strategic Prospective, we present trends and uncertainties regarding social problems in the Brazilian case – contemplating topics such as demographic changes, inequalities, urban and social infrastructure, years of schooling of the population and the use of technology in education. This study is part of Brazil 2035, a project whose objective is to provide subsidies to formulate long-term development strategies for Brazil through Prospective Scenarios. Thus, this text presents a preliminary stage of a prospective process regarding the identification and analysis of the main variables. We do not intend

to be conclusive; but rather to present some key factors and questions, which will affect Brazilian development until 2035.

Keywords: strategic prospective; prospective scenarios; long-term planning; society; public policy; demographic changes; urban and social infrastructure; education and culture.

1 INTRODUÇÃO¹

Ao longo do século passado, sob os auspícios do processo de industrialização por substituição de importações, foram elaborados diversos planos de desenvolvimento para superar a fragilidade institucional, econômica e social do país. É interessante notar que conquanto pudessem divergir em seus meios, havia temas recorrentes a essas estratégias nacionais. Por isso, em se tratando do pensamento estratégico de longo prazo no país, há mínimos denominadores comuns ou objetivos compartilhados (Candeas, 2014).²

Nas últimas décadas também houve tentativas de construir novos planos para subsidiar um projeto de desenvolvimento, como o Brasil 2020, elaborado pelo então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) em 1998, o plano Brasil 3 Tempos: 2007, 2015, 2022, construído pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE/PR) em 2005,³ e o plano Brasil 2022, produzido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR)⁴ em 2010. Porém, os consensos mínimos não necessariamente foram traduzidos em estratégias eficazes, ao passo que uma visão de futuro coesa também não foi estabelecida. Muitos desses documentos conviveram com divergências político-ideológicas, capacidades estatais frágeis, instabilidades institucionais e políticas setoriais pouco convergentes. Depreende-se disto que ainda há dificuldades para institucionalizar tanto o pensamento quanto a prática política para o longo prazo (Saretta *et al.*, 2015; Cardoso Júnior, 2011).

1. Os autores agradecem a Raphael Camargo Lima pelas contribuições na redação desta seção metodológica.

2. O autor afirma que se pode falar de um pensamento estratégico brasileiro. Segundo ele, há convergências nos temas nas áreas de saúde, agricultura e alimentos, transportes, energia, educação, saneamento, ciência e tecnologia, equilíbrio regional, competitividade industrial, estabilização econômica, meio ambiente e pobreza/miséria. O autor analisa os planos: Salte (1948-1951), Juscelino Kubitschek (1956-1960), Trienal (1962-1964), Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) (1964-1967), Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) (1966-1970), Metas e Bases (1970-1973), Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1972-1979), Plano Plurianual (PPA) (1991-2015).

3. Órgão criado pela Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005, que tinha o objetivo de gerir, analisar e avaliar assuntos de natureza estratégica; formular uma concepção estratégica nacional e articular os centros de produção de conhecimento, pesquisa e análise estratégica; preparar a promoção de estudos e a elaboração de cenários exploratórios de natureza estratégica; elaborar, coordenar e controlar planos, programas e projetos de natureza estratégica.

4. Órgão com *status* ministerial, criado pela Lei nº 11.754, de 23 de julho de 2008, e extinto pelo Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015. Tinha o objetivo de assessorar direta e imediatamente o Presidente da República no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para a formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas para o desenvolvimento nacional. A medida provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017, recriou o órgão como uma secretaria especial no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Considerando esse contexto, este *Texto para Discussão* dialoga diretamente com a literatura de planejamento de longo prazo no âmbito do Estado brasileiro e tem o intuito de difundir a importância do pensamento prospectivo para o desenvolvimento nacional tanto no âmbito do governo quanto fora dele. O texto é um recorte de um esforço mais amplo, o projeto Brasil 2035, um produto abrangente coordenado pelo Ipea, com o apoio de trinta instituições parceiras – do setor público, da economia real, da área acadêmica, do terceiro setor e das Forças Armadas.⁵

O projeto Brasil 2035 tem o objetivo de construir cenários prospectivos com foco no desenvolvimento brasileiro até 2035. Para dar conta de um objeto de cearização tão amplo, foi necessário dividir a análise em quatro dimensões fundamentais do desenvolvimento brasileiro: econômico; territorial; político-institucional; e social. E em três aspectos transversais: meio ambiente; água; e ciência e tecnologia.

Este estudo apresentará aspectos atinentes à dimensão social, cujo conteúdo tem por destaque os assuntos relativos à dinâmica demográfica, à educação, ao trabalho, e à infraestrutura social (saneamento, habitação e mobilidade urbana).

Nos últimos anos, conseguimos reduzir as desigualdades de renda, mas o Brasil segue sendo um país marcado por grandes assimetrias sociais, especialmente no acesso a serviços básicos como saúde, educação, saneamento, habitação, mobilidade urbana e segurança pública. Reverter este quadro exige clareza dos desafios e das oportunidades que se apresentam a uma sociedade que demonstra acelerada transição demográfica. À medida que a sociedade envelhece, maior é a quantidade de pessoas que receberão aposentadoria ou necessitarão dos benefícios assistenciais e dos serviços de saúde. Para tanto, é necessário que se reforme a previdência para garantir sua sustentabilidade, o que coloca em evidência a necessidade de acelerar o crescimento econômico e, conseqüentemente, de ampliar a produtividade do trabalho, assim como realizar o desenvolvimento social brasileiro visando cumprir o projeto constitucional de uma sociedade desenvolvida e com bem-estar social. Essa nova configuração exigirá tanto a ampliação dos investimentos e a melhoria da gestão em educação quanto da oferta de oportunidades de trabalho mais intensivas em conhecimento e informação. Parte disso a necessidade de compreender quais variáveis podem ter um papel chave nesse processo.

5. Para uma lista de parceiros do projeto Brasil 2035, ver apêndice.

Este texto não abordará com muitos detalhes a metodologia da construção de cenários.⁶ Contudo, cabem alguns esclarecimentos conceituais importantes. No âmbito da prospectiva estratégica, há um conjunto de elementos que fornecem o substrato à construção de cenários, como ilustra o quadro 1. Tais variáveis são sementes de futuro, fatos ou sinais que têm origem no passado e no presente e que sinalizam possibilidades de eventos futuros (Marcial, 2011, p. 87). A analogia do termo é interessante, uma vez que, como as sementes das plantas, as sementes de futuro podem germinar ou não e, caso germinem, não se sabe se darão frutos, muito menos se tais frutos serão agradáveis. Daí a importância dos olhares de especialistas para auxiliar na identificação e análise dessas variáveis.⁷ Autores como Godet (1993) e Schwartz (1996) apresentaram algumas das principais sementes de futuro aqui expostas.

QUADRO 1
Sementes de futuro

	Tendência de peso	Fato portador de futuro	Incerteza crítica	Surpresa inevitável
Probabilidade de ocorrência	Alta	Incerta	Incerta	Alta
Grau de surpresa	Baixo	Incerto	Incerto	Alto
Materializa-se rapidamente	Não	Não	Não	Não
Determina a lógica dos cenários	Não	Pode	Sim	Não
Variação ao longo do tempo	Em sentido estabelecido	Incerta	Incerta	Incerta
Comportamento futuro	Conhecido	Desconhecido	Desconhecido	Parcialmente conhecido
Complementa o enredo dos cenários	Sim	Não	Não	Sim

Fonte: Marcial (2011) e Marcial e Grumbach (2008, p. 62).

Godet (1993) contribuiu para o debate com três importantes sementes de futuro: tendências de peso, fatos portadores de futuro e fatos predeterminados. A primeira delas pode ser entendida como eventos cuja direção e sentido são suficientemente consolidados para que se possa admitir sua continuidade na mesma direção e sentido no futuro. Tendências de peso retratam processos cujo rompimento requer um esforço hercúleo e muitas vezes improvável de apresentar resultados. As crescentes transformações na vida social causadas pelo avanço da tecnologia são um exemplo interessante. Anteriormente, já se sentia esse efeito, no presente, ele tem se intensificado cada vez mais e, futuramente, há alta probabilidade de isso continuar correndo. Em processos de cenarização com

6. Uma apresentação metodológica do projeto foge ao escopo deste trabalho. Para uma melhor compreensão do tema, ver o livro *Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento* (Ipea, 2017).

7. As descrições e os exemplos das sementes de futuro no quadro 1 foram retiradas de Marcial (2011).

muitas variáveis, podem-se filtrar as tendências de peso buscando aquelas mais fortes, capazes de subsidiar os cenários, denominadas megatendências.⁸

Fatos portadores de futuro, por sua vez, descrevem sinais ínfimos existentes no presente, mas que guardam potencialidades futuras grandes e transformadoras. Também são retratados como “sinais fracos”. Um exemplo interessante é o surgimento da internet em fins dos anos 1980. À época, não se sabia de seus efeitos para a sociedade, mas podia-se identificar que, ainda sem estar consolidada, a nova rede apresentava potencialidades grandes.

Já Schwartz (1996), em seu método Global Business Network (GBN), apresenta duas sementes de futuro: incertezas críticas e surpresas inevitáveis. As incertezas são eventos futuros, cuja trajetória ainda é indefinida. Ou seja, tem uma média de 50% de probabilidade de caminhar para um sentido ou para outro. As incertezas críticas, por sua vez, são eventos mais incertos e de maior importância à questão principal de cenarização. Trata-se das variáveis que determinarão a lógica e a ideia-força dos cenários. Mudanças nas incertezas críticas possibilitam, portanto, múltiplos futuros possíveis.

As surpresas inevitáveis, por seu turno, são eventos futuros com ocorrência possível, pois têm sua raiz em outras sementes de futuro que já estão em operação no momento, mas que não se sabe quando irá se configurar. Também não é possível conhecer previamente as consequências dessas sementes, algo diferente das tendências, por exemplo. Trata-se de eventos com alta probabilidade de ocorrência, mas que ainda não se consolidaram. Em seções de *brainstorming*, é comum serem confundidas com tendências de peso.

Praticamente todos os demais métodos de estudos prospectivos consideram também uma semente adicional: os atores e as estratégias dos atores. Trata-se, portanto, de indivíduos, grupos, decisores ou organizações que desempenham papel relevante no ambiente em que atuam. As estratégias são, conseqüentemente, a descrição e análise dos objetivos estratégicos, projetos e planos de atores que influenciam o curso

8. Há muitos estudos de futuro que focam na indicação de megatendências em vez de cenários. Alguns exemplos recentes são *Megatendências Mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo?*, produzido pelo Ipea (Marcial, 2015), e *Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável*, produzido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) (2016).

dos acontecimentos futuros. Não se trata necessariamente de uma variável, mas tem efeitos sobre elas. Godet (1993), por exemplo, descreve que o ator possui um papel fundamental ao afetar o comportamento das variáveis enquanto busca seus objetivos.

Considerando as sementes de futuro analisadas, a próxima seção abordará aquelas que foram levantadas durante a Oficina de Trabalho da Dimensão Social e posteriormente analisadas pela equipe do projeto Brasil 2035. O foco recairá sobre as tendências de peso e as incertezas, ainda que se indiquem quais se tornaram incertezas críticas e megatendências. Foram também identificados um fato portador de futuro e uma surpresa inevitável. Acrescente-se que atores e suas estratégias serão apresentados de forma indireta no conjunto da descrição das variáveis e que curingas não foram considerados para a análise por serem muito incertos e abruptos. Fatos predeterminados, por sua vez, não foram considerados como elementos de análise por não determinarem a lógica dos cenários nem definirem seu comportamento.

2 ANÁLISE RETROSPECTIVA E IDENTIFICAÇÃO DAS SEMENTES DE FUTURO

Nesta seção, expõem-se as sementes de futuro produzidas em seções de *brainstorming*, posteriormente analisadas pela equipe do Ipea e criticadas por instituições parceiras. Ao todo foram produzidas 25 sementes de futuro, sendo treze delas tendências de peso, dez incertezas, um fato portador de futuro e uma surpresa inevitável. Dessas variáveis, seis foram consideradas megatendências, e outras quatro foram consideradas incertezas-chave, ambas utilizadas para subsidiar a construção da lógica dos cenários do projeto Brasil 2035. O conjunto das variáveis é apresentado no quadro 2.

Considerando a diversidade dos temas tratados, esta seção está dividida em cinco subseções. Na primeira, serão tratados os temas atinentes às mudanças demográficas no Brasil, em seus aspectos sociais e econômicos. Na segunda, serão abordadas questões referentes à educação, assim como a relação desta temática com o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Na terceira subseção, será abordada a temática da cultura e a sua relação com o empoderamento dos atores sociais. Na quarta subseção, tratar-se-á das desigualdades, tantos sociais como territoriais. Por último, em uma quinta subseção, serão tratadas as questões relativas à infraestrutura urbana, assim como os seus impactos sobre o meio ambiente.

QUADRO 2
Sementes de futuro: dimensão social até 2035

Tendências de peso	Envelhecimento da população impactando as políticas públicas, em especial o sistema de seguridade social. ¹
	Crescimento da demanda por pessoas que cuidem dos idosos.
	Redução do tamanho das famílias e novos arranjos familiares com impacto na demanda por habitação.
	Mudança na estrutura etária da população economicamente ativa (PEA) e aumento da idade da PEA.
	Aumento da participação feminina na PEA e maior inclusão das mulheres nesse grupo.
	Aumento dos anos de escolaridade da população. ¹
	Aumento do nível de escolaridade da população brasileira.
	Aumento do uso de tecnologias na educação.
	Ampliação do empoderamento de atores sociais até então excluídos, acompanhada da reação dos segmentos sociais contrários a esse movimento. ¹
	Crescimento da presença da temática da diversidade social e cultural na agenda política. ¹
	Permanência da insuficiência de investimentos em infraestrutura social e econômica. ¹
	Crescente demanda por recursos hídricos e saneamento básico.
	Aumento dos impactos associados às mudanças climáticas. ¹
Incertezas	Até 2035, haverá uma intensificação de imigrações internacionais para o Brasil?
	Até 2035, o Brasil terá construído os fundamentos de uma educação de qualidade? ²
	Até 2035, haverá estratégia de formação profissional adequada para suprir as demandas do mercado de trabalho no Brasil? ²
	Haverá maior demanda por parte da população por mais cultura e esporte?
	O acesso à cultura será mais democrático?
	Até 2035, as desigualdades sociais continuarão diminuindo no Brasil? ²
	Haverá infraestrutura urbana (saneamento, habitação, mobilidade) que assegure qualidade de vida nos grandes centros urbanos até 2035? ²
	Até 2035, o saneamento básico atingirá 90% das áreas urbanas?
	Haverá redução do <i>deficit</i> habitacional em todas as regiões do país?
	Até 2035, o tempo de deslocamento casa-trabalho será reduzido no Brasil?
Surpresa inevitável	Aumento do acesso à educação básica tendendo à universalização.
Fato portador de futuro	Avanço da participação do setor privado na educação pública.

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Megatendências.

² Incerteza-chave.

2.1 As mudanças demográficas no Brasil: aspectos sociais e econômicos

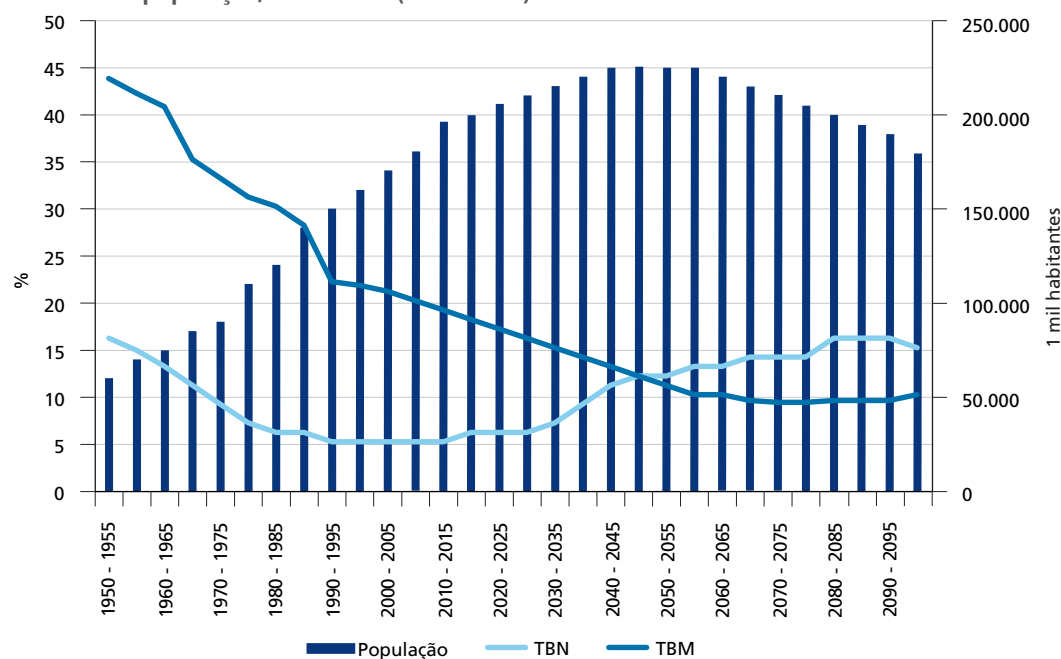
O Brasil tem passado por mudanças demográficas contundentes, como mostram os dados que serão apresentados. O gráfico 1 ilustra a transição demográfica brasileira e a tendência desta para as próximas décadas. Desde os anos 1950, verifica-se queda da natalidade – por meio da taxa bruta de natalidade (TBN) – e da mortalidade – por intermédio da taxa bruta de mortalidade (TBM) –,⁹ sendo que esta última, a partir da década de 2010, apresenta

9. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), TBN corresponde à relação entre o número de crianças nascidas vivas durante um ano e a população total; TBM, por sua vez, corresponde à relação entre o total de óbitos ocorridos durante um ano calendário e a população total.

progressivo aumento. Isso se deve principalmente ao fato de que à medida que a população envelhece, aumenta também sua taxa de mortalidade, embora sem impacto na expectativa de vida da população. Segundo projeções do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais – Department of Economic and Social Affairs (Desa) – da Organização das Nações Unidas (ONU), o aumento da população foi expressivo entre 1950 e 2010, mas se tornou mais lento a partir de então. Ainda segundo projeções, o decréscimo populacional no Brasil deve se iniciar em 2030, quando a população brasileira atingirá o seu ápice com 208 milhões de habitantes (Ipea, 2012).

GRÁFICO 1

Brasil: população, TBM e TBN (1950-2095)



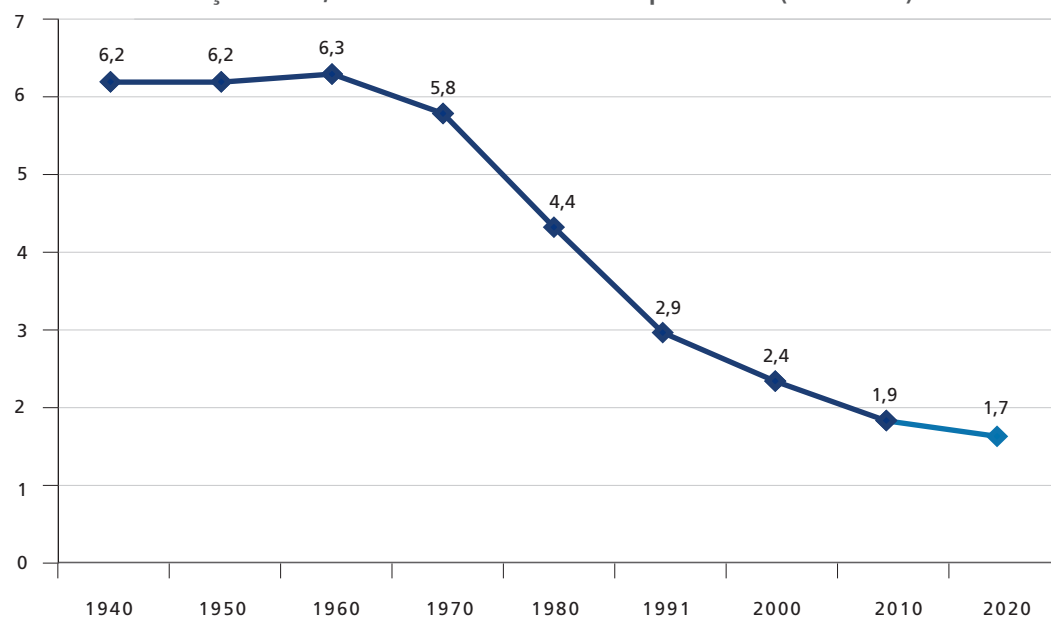
Fonte: Desa/ONU.

A queda da taxa de fecundidade total (TFT)¹⁰ da população explica o movimento de estagnação do crescimento populacional no Brasil até 2035 (gráfico 2). Entre 1970 e 2010, o país sofreu queda da taxa de fecundidade de 67%. A queda percentual maior

10. Taxa de fecundidade é o número médio de filhos que teria uma mulher, de uma coorte hipotética, ao fim do período reprodutivo, estando sujeita a uma determinada lei de fecundidade, em ausência de mortalidade desde o nascimento até o final do período fértil, segundo dados do IBGE.

ocorreu entre a década de 1970 e a década de 1990, desde então o decréscimo persiste, mas de forma menos expressiva. Projeta-se que em 2020 a taxa será de 1,7 filho por mulher. Em termos comparativos, em 2010, a média mundial dessa taxa foi de 2,45. Demógrafos apontam que quando a taxa de fecundidade se encontra abaixo de 2,1 filhos por mulher, não há reposição populacional.

GRÁFICO 2
Brasil: transição da TFT, em número médio de filhos por mulher (1940-2020)

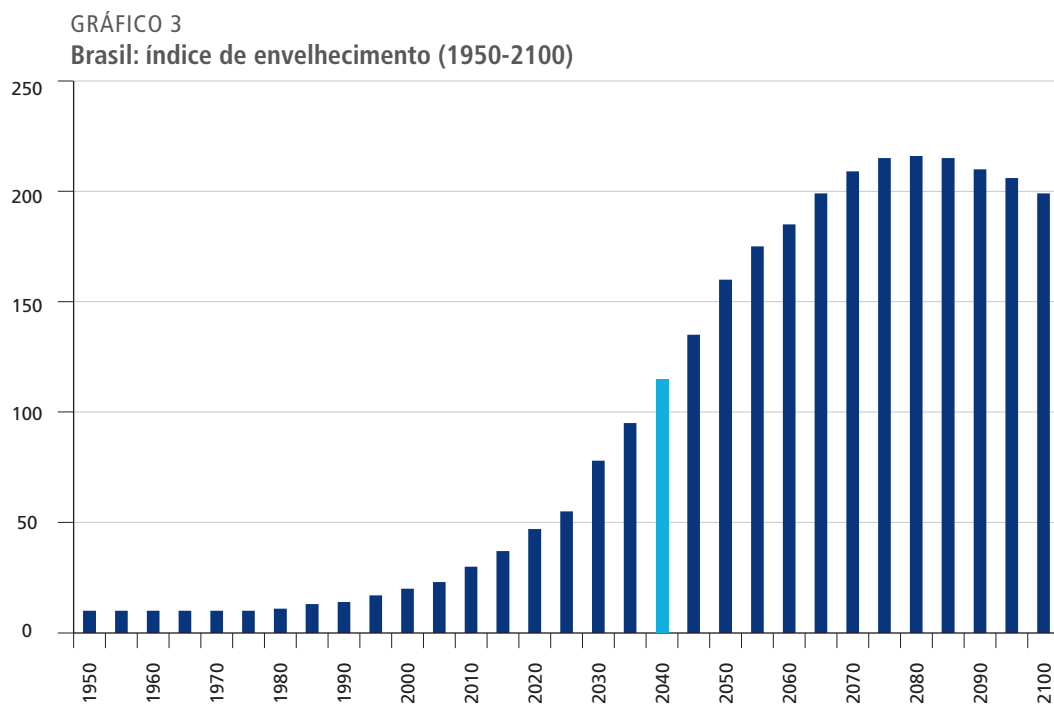


Fonte: Censos demográficos do IBGE, 1940-2010.
Elaboração dos autores.

Até a década de 1990, o Brasil possuía uma população essencialmente jovem, mas a redução da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida da população adquirido, graças a múltiplos avanços sociais, tiveram por consequência um progressivo envelhecimento da população brasileira, que tende a continuar nos próximos anos. Se nada for feito, o Brasil será, durante o século XXI, um dos quatro países que terá o envelhecimento populacional mais rápido do mundo (Camarano, 2014). A porcentagem de idosos¹¹ na população total, que representava 7,4% em 2013, passará a ser de 26,8% em 2060, segundo estimativas do IBGE. Essa projeção pode

11. Pessoas de 60 anos ou mais de idade, segundo critério definido e utilizado pelo IBGE e pelo Estatuto do Idoso.

ser visualizada no gráfico 3: em 2040, o Brasil deverá entrar na fase culminante do seu índice de envelhecimento, e a partir desse ano a população de mais de 65 anos de idade será superior à população entre 0 e 14 anos.



Fonte: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (Desa)/ONU.

Obs.: Índice de envelhecimento = proporção da população de 65 anos de idade ou mais em relação à população com 0 a 14 anos de idade. Número de pessoas de 65 ou mais anos de idade/ número de pessoas com menos de 15 anos de idade X 100.

Estima-se que já em 2025 o Brasil será o sexto no *ranking* mundial em número de idosos (Marinho, Cardoso e Almeida, 2014). Sendo assim, destaca-se como tendência o envelhecimento da população, impactando as políticas públicas, em especial o sistema de seguridade social,¹² até 2035, como será visto a seguir.

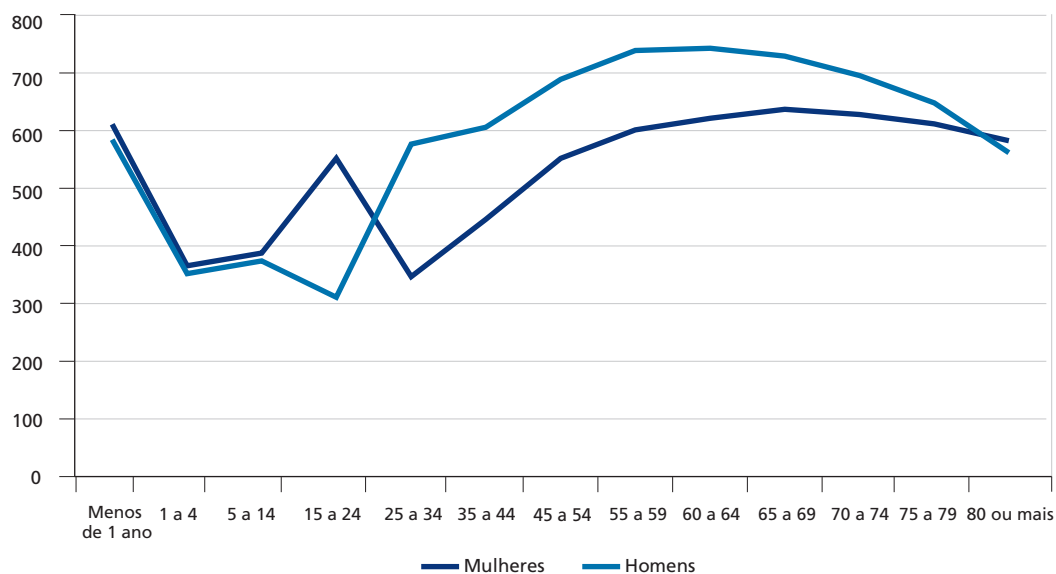
Contudo, deve-se também considerar que essa tendência de envelhecimento possui um impacto bastante diverso em relação ao campo da educação. Enquanto se tem um impacto de aumento da demanda quando se faz referência aos setores do sistema de seguridade social, ocorre o contrário em relação à demanda pelos

12. Saúde, previdência e assistência social.

serviços do sistema educacional formal. De acordo com estimativa publicada em nota técnica do Ipea, deve-se considerar que a diminuição da proporção da população em idade escolar fará com que as metas constantes no *Plano Nacional de Educação 2014-2024* sejam alcançadas com um investimento do produto interno bruto (PIB) abaixo do estipulado pelo próprio plano.

Do ponto de vista da saúde, especialistas preveem que os gastos públicos aumentarão (Nunes, 2004, p. 432), pois haverá mais internações (gráfico 4), assim como um maior consumo de serviços de saúde e maior custo de tratamento das doenças crônico-degenerativas, que acometem, sobretudo, os idosos.¹³

GRÁFICO 4
Custo médio das internações no Sistema Único de Saúde (SUS) por sexo e faixa etária (2003)
(Em R\$)



Fonte: Nunes (2004).

Obs: Custo médio = despesa total por faixa etária/Número de internações em cada faixa (em reais).

13. É importante observar que tais projeções ainda não levam em conta, muito provavelmente, a mudança que já vem ocorrendo no conceito de "velhice". Será que, em 2030, uma pessoa de 65 anos será realmente considerada "idosa"? A volatilidade histórica dessa concepção geracional deverá levar a uma revisão dos modelos de impacto da estrutura etária não somente no setor da saúde, mas também no trabalho e outros.

De forma correlata, é uma tendência o crescimento da demanda por pessoas que cuidem dos idosos. Existe uma forte carência no país na formação de cuidadores de idosos, embora seja um mercado que cresceu muito na última década. Camarano e Kanso (2010), projetaram que deve crescer entre 30% e 50%, entre 2010 e 2020, o número de idosos brasileiros dependentes de cuidados prolongados. As autoras constataram também outro dado interessante, uma expressiva maioria da população que se dedica a essa atividade é composta por mulheres com algum vínculo familiar com o idoso em questão (esposas, filhas, netas, enteadas, noras etc.). O que preocupa as especialistas é que essa categoria da população, que só tende a crescer, estará fora do mercado de trabalho formal e não será coberta futuramente pela previdência social.

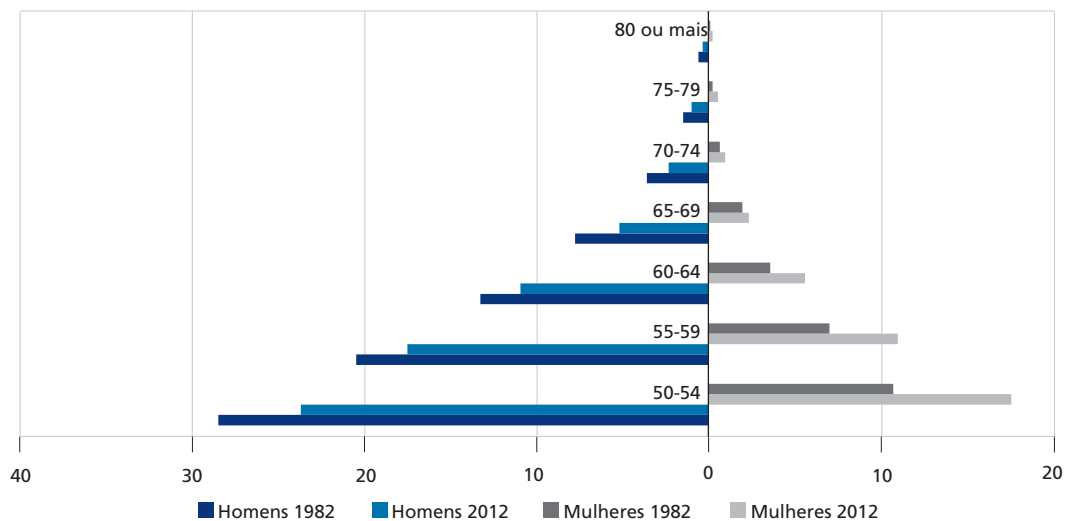
Constata-se que o envelhecimento da população brasileira acarretará uma redução da oferta de força de trabalho caso persista a não reposição desta população. Isso levará a desequilíbrios no mercado de trabalho brasileiro e no financiamento da previdência e assistência social, frutos: *i*) da redução da força produtiva; *ii*) da dificuldade de financiamento da Previdência Social; e *iii*) do aumento dos gastos da União para provisão de cuidados para a população idosa. Em 2002, 24% dos idosos¹⁴ trabalhavam, mas essa proporção vem se ampliando somente no caso das mulheres (Camarano *et al.*, 2014, p. 389; Wajnman, Oliveira e Oliveira, 2004), como ilustra o gráfico 5. Persiste como tendência a mudança na estrutura etária da PEA, no entanto, como concluem Camarano, Kanso e Fernandes (2014), “não se pode dizer que os ganhos em esperança de vida estejam se traduzindo em uma maior permanência na PEA” (p. 389).

Cabe ressaltar ainda que embora haja, em termos relativos, uma maior proporção de homens que trabalham após os 50 anos de idade, foi consideravelmente alto o aumento da proporção de mulheres trabalhando após esta idade. Torna-se evidente a inserção progressiva e proporcional de mulheres nas atividades econômicas do país nos últimos 30 anos, tendência consolidada que tende a persistir no horizonte de 2035.

Nos últimos 25 anos, houve elevação da taxa de participação das mulheres entre 15 e 64 anos de idade no mercado de trabalho, passando de 51,2%, em 1992, para 59%, em 2012, enquanto nesse período houve queda na taxa de participação masculina, como ilustra o gráfico 6.

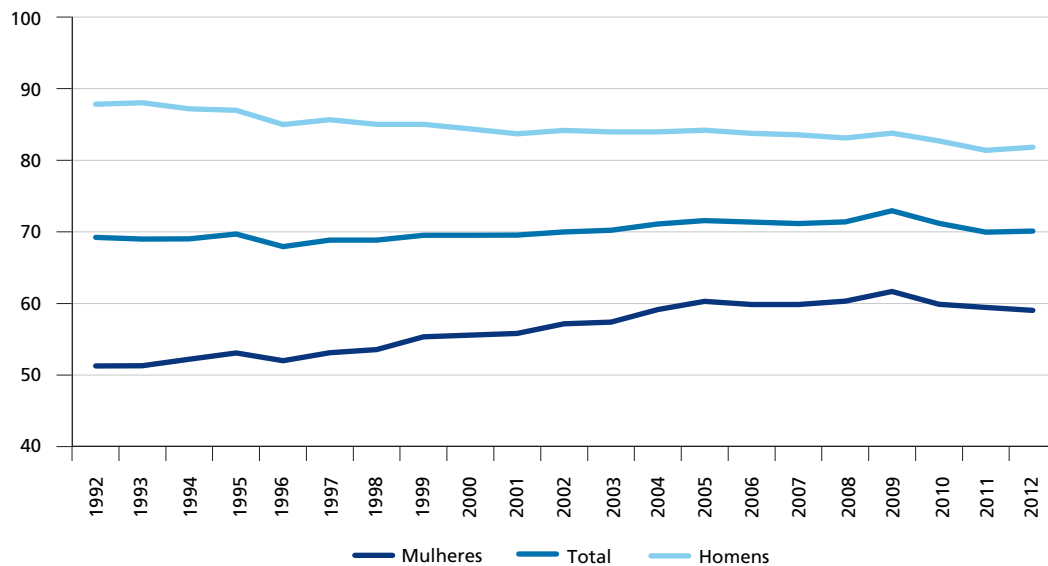
14. População com mais de 60 anos.

GRÁFICO 5
Distribuição da PEA de 50 anos ou mais por idade e sexo
 (Em %)



Fonte: Camarano, Kanso e Fernandes (2014, p. 389).

GRÁFICO 6
Taxa de participação na PEA agregada e por sexo (1992-2012)
 (Em %)



Fonte: Barbosa (2014, p. 416).

A tendência de aumento da participação feminina na PEA explica-se principalmente pelos seguintes fatores (Barbosa, 2014; Tafner, Botelho e Erbisti, 2014; Guedes, 2008): *i*) desdobramento da queda da fecundidade – ou seja, as mulheres passam menos tempo de vida envolvidas com a maternidade; *ii*) mudanças sociais que permitiram às mulheres melhor inserção no mercado de trabalho; *iii*) redução da participação masculina em razão da diminuição da oferta de trabalho no setor agrícola; e *iv*) aumento da parcela de participação feminina nos cursos de nível superior, possibilitando seu melhor posicionamento em um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico e exigente.

Enfim, o aumento da participação feminina na PEA e a inclusão das mulheres no mercado de trabalho são uma tendência consolidada, que ocorre no país desde os anos 1980 e que tende a se manter até 2035.

É também uma tendência de peso o surgimento de novos arranjos familiares da população brasileira devido às mudanças nos padrões que surgiram com as famílias reconstituídas, os casamentos homossexuais e o aumento das taxas de divórcio, de separações, bem como de não casamentos. A maior participação da mulher no mercado de trabalho e o seu novo papel social estão fortemente associados a essas mudanças (Camarano e Fernandes, 2014). De forma geral, observa-se que nos últimos trinta anos houve declínio do arranjo do tipo casal com filhos, embora este permanesse predominante (em cerca de 51%), em 2010. No entanto, observa-se também que, entre 1980 e 2010, todos os outros tipos de arranjos familiares aumentaram em importância. Com destaque para o aumento percentual de domicílios formados por mulheres vivendo sozinhas, que passou de 4,9%, em 1980, para 9,3%, em 2010 (Camarano e Fernandes, 2014, p. 129).

Nesse contexto demográfico de mudanças, deve persistir até 2035 a redução do tamanho das famílias, que resulta na diminuição do número de pessoas por domicílio, ao mesmo tempo em que há aumento do número desses domicílios. O *Censo Demográfico 2010* do IBGE indicou que a população brasileira cresceu 12,5%, entre 2000 e 2010. Concomitantemente, o número de domicílios particulares aumentou em 25%. Em função do processo de redução do número de habitantes por domicílio, o *deficit* habitacional tende a agravar-se no país (Camarano *et al.*, 2014).

Em síntese, a tendência é que tenhamos, até 2035, famílias menores e domicílios com menor número de pessoas. Um padrão mais próximo dos países desenvolvidos atualmente, ao que se soma a redução da proporção de mulheres dedicando parte considerável de seu tempo ao cuidado das crianças, que passa a despender esse tempo em outras atividades, inclusive com maior participação no mercado de trabalho. Sendo assim, configuram-se como tendência a redução do tamanho das famílias e o surgimento de novos arranjos familiares, com impacto na demanda por habitação até 2035.

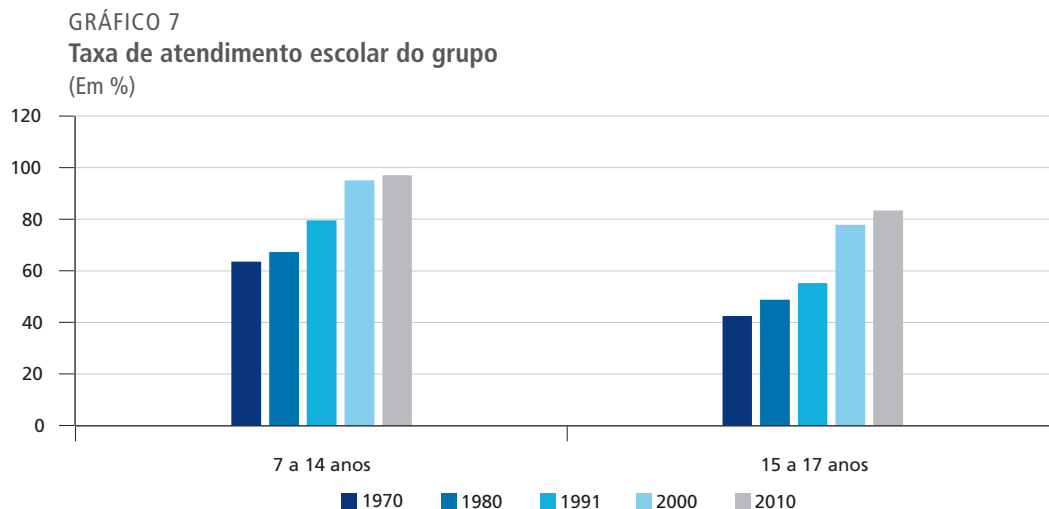
O aumento dos fluxos migratórios é outra alteração demográfica que deve ser levada em consideração. Atualmente, o Brasil ainda é um destino pouco visado por migrantes internacionais. Segundo relatório da ONU, o país contém hoje 0,29% do volume total de imigrantes do mundo (UN, 2015), com um total de cerca de 1,7 milhão de imigrantes, o que equivale a apenas 0,9% da população brasileira. Contudo, o número de imigrantes no Brasil está aumentando. Entre 2010 e 2014, dobraram os pedidos de entrada de imigrantes no Brasil, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). O grau de escolaridade e o tipo de inserção que esses imigrantes terão no país são incertezas que determinarão os efeitos futuros desses fluxos migratórios para o país.

O crescimento das migrações internacionais é uma tendência de peso. Em 2015, as taxas de imigração internacionais apresentaram um crescimento de 41% em relação ao valor apresentado em 2000 (UN, 2015, p. 5-6). Apesar de a Europa e a Ásia se manterem como os maiores destinos dos migrantes internacionais, seguidos pela América do Norte, as demais regiões do globo apresentaram também um crescimento expressivo. O efeito que esse processo terá sobre o Brasil é ainda bastante incerto. O país segue atrasado no contexto mundial no que diz respeito à criação de leis de atração de imigrantes, o que se revela paradoxal uma vez que em breve necessitaremos desse fluxo de população em direção ao país e que, atualmente, já precisamos de mão de obra diferenciada, que viabilize o intercâmbio de conhecimento.¹⁵ Enquanto o trabalhador estrangeiro qualificado tem um alto valor para a economia global, ele é desvalorizado no Brasil, que não somente não sabe atrair, como também não sabe manter o trabalhador estrangeiro no país. Segue então como uma incerteza se, até 2035, haverá uma intensificação de imigrações internacionais para o Brasil.

15. Disponível em: <<https://goo.gl/XwpPUy>>.

2.2 O aumento dos anos de escolaridade e do uso da tecnologia na educação

A educação básica revelou melhoria no Brasil nos últimos vinte anos. Os progressos nacionais em termos educacionais se explicam em grande parte por conta das políticas públicas que possibilitaram um maior acesso à educação pública para todos. Tal investimento reflete, por exemplo, no aumento da capacidade de atendimento escolar a partir dos anos 1980, o que vemos no gráfico 7.



Fonte: IBGE.
Elaboração dos autores.

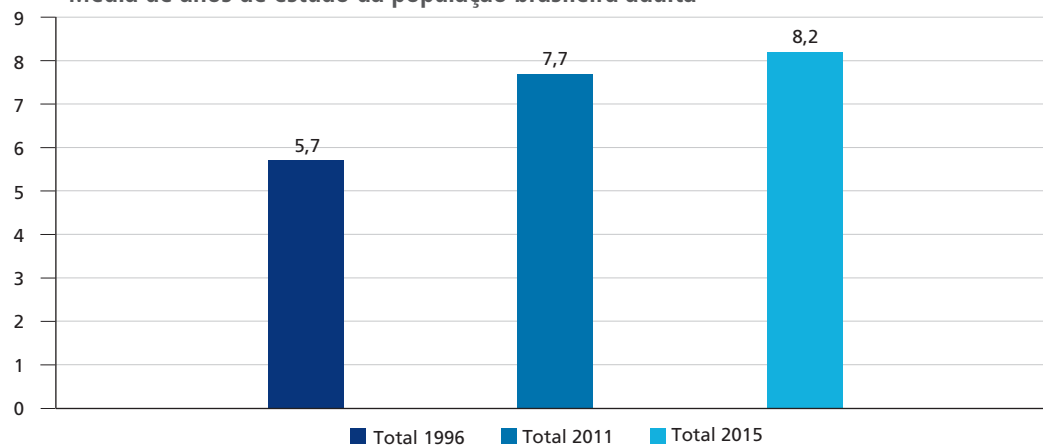
Foi considerada uma surpresa inevitável que até 2035 haverá um aumento do acesso à educação, tendendo à universalização. Um estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) (2013) mostrou que a porcentagem de jovens entre 15 e 24 anos matriculados passou de 59,9% em 1990 para 84% em 2012. Verifica-se, portanto, um movimento de expansão da frequência escolar no país na última década.

A escolaridade média da população brasileira¹⁶ aumentou em termos de anos passados em sala de aula nos últimos 25 anos: em 1990, os brasileiros passavam em média 3,8 anos em sala de aula, em 2004, 6,4 anos, e em 2013 a média foi de 7,2 anos de estudo (Pnud, 2013). No gráfico 8, constam os dados comparativos que evidenciam o aumento da média de anos de estudo da população brasileira em 1996, 2011 e 2015.

16. Pessoas com 25 anos ou mais.

GRÁFICO 8

Média de anos de estudo da população brasileira adulta



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)/IBGE.
Elaboração dos autores.

O Brasil foi o país que mais cresceu em média de anos de escolaridade entre o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Porém, essa média segue sendo superior nos países vizinhos: 9,7 anos, no Chile; 9,3 anos, na Argentina; e 9,2 anos, na Bolívia. Ademais, cabe destacar que persistem as desigualdades regionais em termos educacionais, o que será apresentado adiante, no entanto, há uma tendência de que, até 2035, ocorra um aumento dos anos de escolaridade da população brasileira.

Nos últimos trinta anos, houve também um aumento geral do nível de escolaridade da população brasileira. A tabela 1 mostra a evolução dos graus de estudo concluídos pela população nacional entre a década de 1980 e a de 2010.

Se nos anos 1980 apenas 8,4% da população brasileira possuía o segundo grau, em 2010, 29,6% da população possuía o ensino médio completo. De forma semelhante, enquanto em 1980 apenas 2% da população brasileira possuía o ensino superior, estes passaram a ser 7,6% da população em 2010. Dados da Pnad (2015) apontam que, em 2015, 69,8% da população¹⁷ possuía o ensino fundamental completo. Nesse mesmo ano, calculou-se que 58,2% da população brasileira¹⁸ possuía o ensino médio completo. Houve também um importante crescimento do número de brasileiros com

17. Na faixa etária de 15 a 18 anos.

18. Na faixa etária de 18 a 24 anos.

ensino superior nos últimos dez anos. Verificou-se que entre 2004 e 2015 a proporção de pessoas com ensino superior, de 25 anos ou mais, praticamente dobrou, passando de 8,1% para 13,5% (Pnad, 2015).

TABELA 1
População com 10 anos de idade ou mais por curso concluído
(Em %)

Nível de escolaridade	Ano			
	1980	1991	2000	2010
Sem escolaridade	52,0	41,4	30,7	30,6
Elementar	48,0	58,6	69,3	69,4
Primeiro grau	16,8	24,8	35,0	56,1
Segundo grau	8,4	13,8	19,7	29,6
Superior	2,0	3,6	4,3	7,6

Fonte: Beltrão e Duchiae (2014, p. 471).

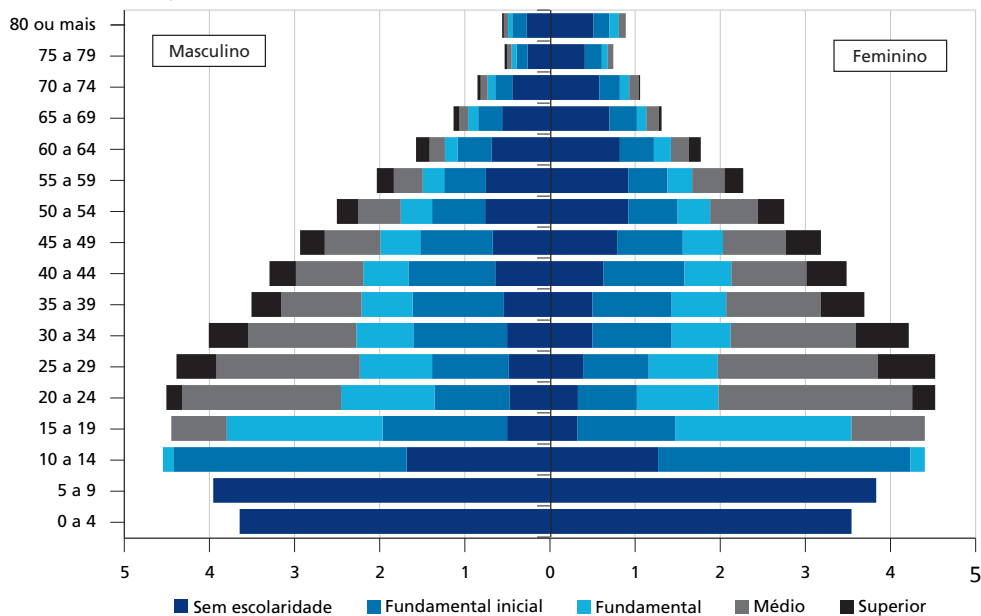
Em suma, o aumento do nível de escolaridade da população brasileira já é uma realidade e também uma tendência até 2035, como vemos nos gráficos 9 e 10, que mostram como era a distribuição populacional por nível educacional em 2010 e a projeção de como será tal distribuição em 2025. Percebemos um aumento considerável da população com idade entre 25 e 55 anos, com ensino superior.

No entanto, para que se estabeleçam no país os fundamentos de uma educação de qualidade é necessário que sejam sanados alguns problemas principais.¹⁹ Por exemplo, a criação de vagas escolares ou matrículas e melhores condições de acesso ao ensino (infraestrutura, mobilidade), investimentos públicos para educação em todas as regiões do país e valorização e formação dos docentes, aspectos de suma importância para construir as bases de uma educação de qualidade no Brasil até 2035.

19. Não se trata de uma listagem exaustiva dos problemas ligados à educação, mas do apontamento de alguns problemas que foram levantados durante as oficinas de trabalho e analisados posteriormente pela equipe de projeto.

GRÁFICO 9
Distribuição da população por nível educacional (2010)

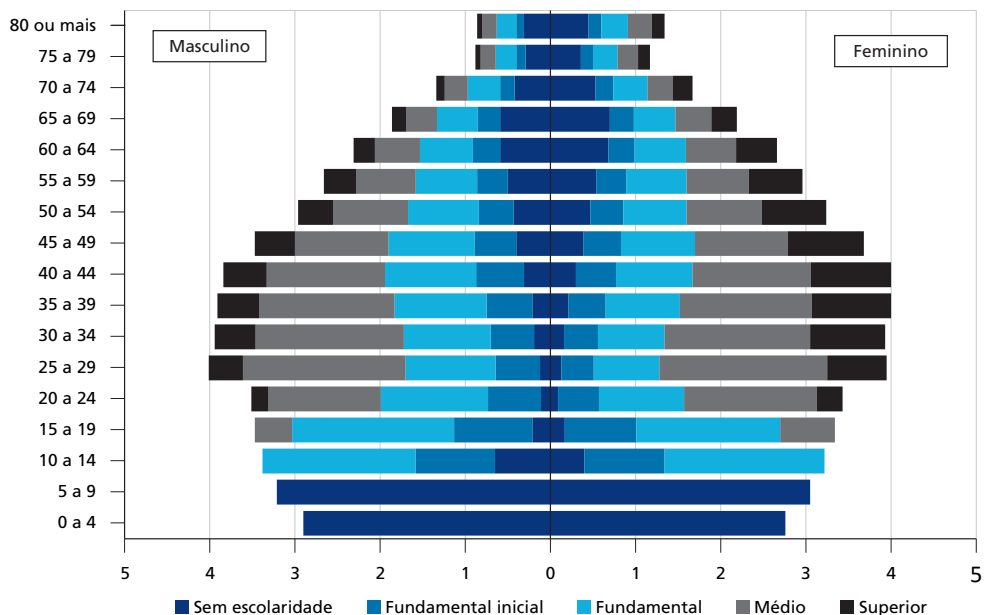
(Em milhões de pessoas)



Fonte: Beltrão e Duchidae (2014, p. 484).

GRÁFICO 10
Distribuição da população por nível educacional (2025)

(Em milhões de pessoas)



Fonte: Beltrão e Duchidae (2014, p. 484).

Dados do Censo Escolar 2016 divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)²⁰ indicam que o Brasil registrou 35,7 milhões de matrículas na educação básica pública, mas que 2,8 milhões de pessoas entre 4 e 17 anos²¹ ainda não frequentavam a escola.

É necessário então que ocorra uma redução das diferenças entre a situação atual no ensino fundamental e no ensino médio, como indica Lima (2011). Enquanto no primeiro as melhorias foram constantes, beirando a universalização das vagas, no que diz respeito ao segundo, dados apontam que houve relativa estagnação do número de matrículas no ensino médio desde 2005.

Considera-se também de suma importância que sejam reduzidas, tendendo à erradicação, as taxas de abandono escolar, uma das responsáveis pela elevada taxa de distorção idade-série verificada em 2010 e que teve como consequência a matrícula ainda no ensino médio de 2,9 milhões de alunos com 18 anos ou mais.

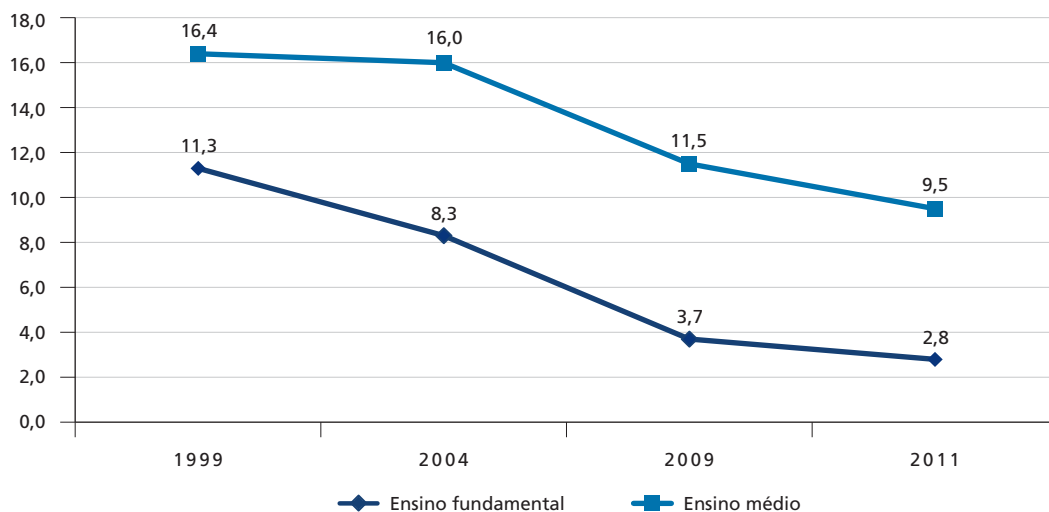
Como vemos no gráfico 11, melhorias expressivas foram constatadas entre 1999 e 2011, no entanto, persiste alta a taxa de abandono escolar, sobretudo no que diz respeito à situação do ensino médio.

No intuito de buscar melhorias constantes na educação, é imprescindível que ocorra um processo contínuo de valorização e uma melhor formação dos professores, melhorias ainda não conquistadas inteiramente no contexto brasileiro. As primeiras mudanças, entretanto, foram percebidas a partir do final dos anos 1990, reforçadas pela Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, por meio da qual passou a ser exigida a formação superior dos professores de ensino básico. O maior acesso ao ensino superior nos últimos quinze anos teve por consequência o aumento do número de professores com curso superior nas redes pública e privada de ensino, como ilustrado no gráfico 12. Observa-se que, entre 2000 e 2013, houve um aumento da porcentagem de professores do ensino fundamental com formação superior.

20. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censo-escolar-2016-reforca-desafios-para-universalizacao-da-educacao-no-brasil/21206>.

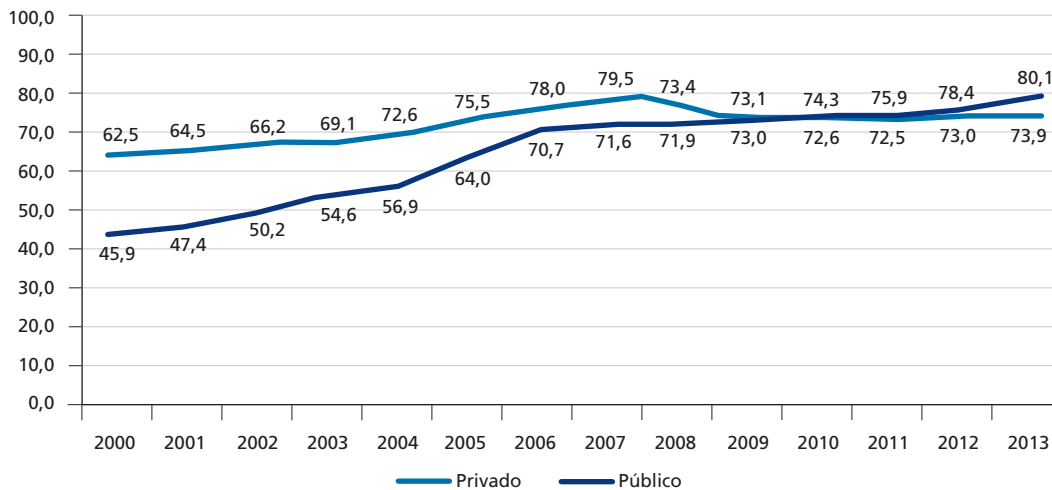
21. Faixa etária na qual o acesso e a permanência na educação básica são obrigatórios e gratuitos.

GRÁFICO 11
Taxa de abandono no ensino fundamental e médio
 (Em %)



Fonte: Censos escolares do Inep 1999-2011/MEC.

GRÁFICO 12
Docentes com curso superior no ensino fundamental
 (Em %)



Fonte: IBGE, 2014.
 Elaboração dos autores.

Outro importante instrumento de valorização da carreira docente foi a aprovação, em 2008, da lei que regulamenta o piso salarial nacional para os profissionais do

magistério público da educação básica (Lei nº 1.1738, de 16 de julho de 2008), mais conhecida entre os profissionais da educação como Lei do Piso.

Apesar do aumento dos anos de escolaridade da população e das demais melhorias constatadas, os avanços em qualidade foram modestos. Tomando-se como indicador a evolução das notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculado pelo Inep, os anos iniciais e finais do ensino fundamental têm atingido a meta desde o início de sua medição. Já no ensino médio, observa-se que não se atinge a meta estabelecida desde 2013 (tabela 2).

TABELA 2
Evolução dos valores do Ideb observada para os ensinos fundamental e médio (2005-2015 e projeção para 2021)

Avaliações totais		2005	2007	2009	2011	2013	2015	Projeção para 2021
Anos iniciais do ensino fundamental	Ideb observado	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	
	Metas		3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	6,0
Anos finais do ensino fundamental	Ideb observado	3,5	3,5	4,0	4,1	4,2	4,5	
	Metas		3,5	3,7	3,9	4,4	4,7	5,5
Ensino médio	Ideb observado	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	
	Metas		3,4	3,5	3,7	3,9	4,3	5,2

Fonte: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Censo Escolar. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

Tal desempenho reflete também no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa),²² no qual o Brasil ficou ranqueado, em 2012, na 58ª posição. Apesar de ser o país que mais evoluiu desde o início das avaliações, persistia, em 2012, com nota média de 402, abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (494) e atrás de países com economia semelhante, como o México (417) e o Chile (436). De 2012 para 2015, o Brasil manteve o resultado anterior em leitura e em ciências, mas piorou sua nota em matemática, tendo o pior resultado desde 2006. Nesse contexto, permanece a incerteza-chave se até 2035 o Brasil terá construído os fundamentos da educação de qualidade, garantindo, inclusive, formação profissional adequada à demanda do mercado de trabalho.

22. O Pisa avalia as competências dos alunos na faixa dos 15 anos, em leitura, matemática e ciências. Essa avaliação ocorre de três em três anos desde 2000, e participam do programa os 34 países-membros da OCDE e vários países convidados. Os resultados do Pisa 2012 congregaram 65 países. O último Pisa foi realizado em 2015.

Nesse sentido, é importante salientar que a recente publicação da Medida Provisória nº 746/2016, referente ao novo ensino médio, aparece como uma incerteza no que se refere ao futuro da educação no país. A medida provisória tem por objetivo principal promover alterações na estrutura do ensino médio, instituindo a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, assim como uma reforma do conteúdo curricular. Pode-se dizer que a educação em tempo integral é um fato portador de futuro, porém é demasiadamente cedo para dizer que a reforma do conteúdo curricular e a implementação da base curricular nacional proposta trarão realmente benefícios para o conjunto da educação nacional, uma vez que vários especialistas em educação criticam tal reforma. Diante disso, segue incerto se, até 2035, o Brasil terá construído os fundamentos de uma educação de qualidade.

O ensino superior no Brasil é uma das principais variáveis para uma melhor inserção no mercado de trabalho, conforme indica pesquisa realizada com 1.431 profissionais que revelou que 72% dos entrevistados tiveram aumento do salário e 69% mudaram de cargo após concluir o ensino superior (Semesp, 2008). Com relação ao ensino médio profissionalizante, o Brasil possui apenas 6,6% de seus jovens com idade entre 15 a 19 anos matriculados em instituições que oferecem esta modalidade de ensino, realidade bem distante da média dos países da OCDE, que é de 42% (Senai..., 2012). Este dado revela uma urgência do Brasil em criar estratégias de formação profissional para atender às demandas do mercado.

Um importante avanço nessa área foi a criação, em 2011, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), cujo objetivo é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnologia no Brasil. O programa foi ofertado em mais de 4.300 municípios e atendeu a mais de 8,1 milhões de pessoas entre 2011 e 2014. Vale destacar que ele atende a um diversificado grupo, como pessoas em idade escolar, adultos, pessoas que estão no mercado de trabalho, pessoas que estão no sistema prisional etc. Cinco ações integram o Pronatec, quais sejam: *i)* expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica; *ii)* programa Brasil Profissionalizado; *iii)* Rede e-Tec²³ Brasil; *iv)* acordo de gratuidade com os serviços nacionais de aprendizagem; e *v)* bolsa-formação.²⁴ Esse conjunto de ações é um esforço em nível federal para fomentar a

23. Escola Técnica Aberta do Brasil, que visa à oferta de educação profissional a distância.

24. A bolsa-formação se destina a dois tipos de cursos: *i)* os de formação inicial e continuada (FIC) ou de qualificação profissional, cuja carga horária varia de cento e sessenta a quatrocentas horas; e *ii)* os cursos técnicos de nível médio, com carga horária de oitocentas a mil e quatrocentas horas (Valadares *et al.*, 2015).

aprendizagem profissional. Cabe destacar a existência de projetos no nível estadual e municipal que oferecem cursos técnicos. Além dos cursos técnicos, houve largo investimento no ensino superior, por exemplo, o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) do MEC, que ampliou as vagas em universidades públicas, o Programa Universidade para Todos (Prouni), que oferece bolsas de estudos parciais e integrais em instituições privadas, e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que financia cursos superiores em instituições privadas e que em sua última edição, em 2016, ofertou mais de 250 mil contratos em 25.323 cursos de 1.337 instituições (Primeira..., 2016).

Fomentar os ensinos técnico e superior é de extrema importância para o país, uma vez que o mercado de trabalho identifica ausência de mão de obra qualificada. Um levantamento realizado pela Price Waterhouse Coopers (PwC) constatou que 75% das empresas se queixam da falta de profissionais qualificados para as vagas que ofertam (Falta..., 2016). Está destacada no PPA 2016-2019 a necessidade de articular as ações do Pronatec com a aprendizagem profissional, além de ampliar o Prouni e o Fies.²⁵ Fica a dúvida se o Brasil conseguirá aumentar o número de matrículas de ensino médio profissionalizante, além de ampliar programas como o Pronatec, Prouni e Fies, ou ações similares. Fica a incerteza se até 2035 haverá estratégia de formação profissional adequada para suprir as demandas do mercado de trabalho no Brasil.

Acredita-se que a participação do setor privado na educação pública – ou privatização da educação pública – é um fenômeno recente no Brasil, mas se mostra como um fato portador de futuro.

Um estudo coordenado pela organização não governamental (ONG) Ação Educativa, com a participação do Grupo de Estudo e Pesquisas em Política Educacional (Greppe), apontou a tendência de avanço do setor privado na educação pública.²⁶ Evidenciou-se que a educação pública se constitui cada vez mais como um nicho de mercado de grupos ou *holdings* que atuam no setor financeiro. Cinco grandes grupos

25. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/diesporte/2.html>>.

26. Nesse estudo, entendeu-se por sistemas privados de ensino os pacotes de produtos e serviços oferecidos por empresas privadas a redes de ensino de estados e municípios. As atividades e os produtos, que normalmente são desenvolvidos pelas equipes pedagógicas dos órgãos da administração pública e das escolas, podem ir de materiais didáticos, geralmente conhecidos como apostilas, até formação continuada de educadores, acompanhamento e supervisão das atividades docentes, processos de avaliação externa e interna e pacotes de gestão (Ação Educativa e Greppe, 2015).

dominam o mercado de insumos para educação no Brasil vendendo sistemas privados de ensino às redes de educação pública dos governos subnacionais, são eles: Grupo Positivo, Grupo Santillana, Grupo Objetivo, Abril Educação e Pearson.

O estudo apontou que estes grupos privados de ensino consubstanciam a própria política educacional, e que uma maior entrada do setor privado dentro do sistema público de ensino ocorreu por conta da municipalização abrupta e mal planejada do ensino fundamental nas últimas duas décadas, o que explicitou a precariedade de muitas das administrações locais, gerando um promissor mercado para assessorias privadas nos campos pedagógico e de gestão. Tal privatização é vista com cautela, pois tende a aumentar mais ainda as desigualdades ligadas à educação no Brasil. Questiona-se também a qualidade do material didático produzido e a formação dispensada por esses programas, pois eles não passam por avaliações técnicas e isentas.

Em termos absolutos, calcula-se que, hoje em dia, 339 municípios brasileiros adotaram o sistema privado de ensino (tabela 3). Embora o número possa parecer irrisório perante o total de municípios brasileiros, o crescimento foi rápido e expressivo em poucos anos e tende a continuar segundo apontam especialistas.

TABELA 3
Municípios identificados que adotaram sistema privado de ensino, por empresa (2013)

Empresas e sistemas	Municípios adotantes	%
Grupo Positivo – Sistema Aprende Brasil de Ensino (Sabe)	225	66,37
Pearson – Núcleo de Apoio a Municípios e Estados (Name)	65	19,17
Abril Educação	23	6,78
Grupo Objetivo – Sistema Objetivo Municipal de Ensino (Some)	20	5,89
Grupo Santillana – Uno Público	6	1,76
Total	339	99,97

Fonte: Ação Educativa e Greppe (2015).
Elaboração dos autores.

Em termos geográficos, a distribuição dos municípios que adotaram um sistema privativo de ensino se faz, em parte, da seguinte maneira: 159 municípios se encontram no estado de São Paulo; 37 em Santa Catarina; 36 no Paraná; e 33 em Minas Gerais. Nota-se que estes sistemas prevalecem em municípios com maior disponibilidade de recursos e com índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) alto ou muito alto.

Uma tendência que contribui com a melhoria da questão educacional no Brasil é o aumento do uso de tecnologias na educação. Essa tendência está associada à megatendência: as TICs continuarão modificando o comportamento humano e a natureza do trabalho. Desde já contamos com diversas formas de uso de TICs no setor da educação, como as plataformas de ensino, o uso de dispositivos móveis e o *software* livre de informação e educação – por exemplo, Telecurso, Wikipédia, Moodle etc. Mostra-se crescente também a oferta de produtos e serviços educacionais em ambientes digitais: espaços de autoatendimento, aulas telepresenciais e educação a distância (EAD).

No que diz respeito à EAD, constata-se que este tipo de prática está em expansivo crescimento há quinze anos, e tende a crescer mais até 2035. Dados do Censo EAD (Abed, 2015) mostraram que, em 2000, o Brasil contava com 1.682 alunos de graduação na modalidade EAD; em 2005, eram 114 mil; em 2008, estes chegaram a 760 mil; e, em 2015, contavam-se 5.048.912 alunos matriculados em cursos na modalidade EAD em graduações, cursos livres etc. (Abed, 2015, p. 46). Os dados confirmam seu crescimento nos últimos quinze anos e, mesmo o ensino presencial se mantendo majoritário no Brasil, a tendência é de manutenção da expansão de cursos e matrículas em EAD até 2035.

Além disso, dados mostram que a parcela de professores de escolas públicas que participam de atividades escolares utilizando TICs – tanto na forma presencial quanto a distância – aumentou de 15% para 27%, entre 2010 e 2015 (CGI, 2015). Observa-se que, cada vez mais, os professores utilizam-se de computadores e internet para a realização das atividades com seus alunos, e que vem ocorrendo uma efetiva incorporação das tecnologias no processo de aprendizagem por parte dos alunos, tanto no ensino médio quanto no ensino fundamental.

2.3 O empoderamento dos atores sociais e o acesso à cultura

A melhora do nível de escolaridade e do acesso à informação e às TICs está associada a um processo de empoderamento da população. O grande acesso às redes sociais é capaz de gerar canais de manifestação que rompem as fronteiras das possibilidades formais de participação.

No Brasil, a participação social tem sido foco de crescimento desde o final dos anos 1970, com as associações de bairro e os movimentos de moradia. Observa-se como uma

tendência de peso até 2035 o aumento dessa participação e da demanda por mecanismos de controle social, a partir de fenômenos como: *i*) o crescimento de ONGs; *ii*) o aumento do volume de pessoas presentes em manifestações populares; e *iii*) a ampliação de mecanismos institucionais do governo – conferências, conselhos e ouvidorias de políticas públicas. A tudo isso somam-se movimentos e manifestações orquestrados com uso das redes sociais. Acredita-se que até 2035 a intensificação da participação social resultará em uma maior pressão sobre os governos pela melhoria e por mudanças nos serviços públicos.²⁷

Nesse contexto, é uma tendência o crescimento da presença da temática da diversidade social e cultural na agenda política. Isso é reforçado por um conjunto de políticas afirmativas, com o intuito de reduzir as desigualdades sociais – de caráter econômico, étnico, cultural e de gênero – que o Brasil tem adotado desde o final da década de 1990. No nível institucional, foram criadas novas secretarias e divisões em diversos órgãos do governo federal, estadual e municipal visando à implementação de políticas públicas nesse sentido. Alguns exemplos importantes são: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (criada em 1997); Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (em 2003); Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (também em 2003); e, posteriormente, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (em 2015), órgãos que perderam o *status* de ministério e estão atualmente (em 2017) vinculados ao MJSP. Por fim, embora tenha sido levantado como uma tendência de peso o empoderamento dos atores sociais até então excluídos, acredita-se que esta tendência se chocará com a reação dos segmentos sociais contrários a esse movimento.²⁸

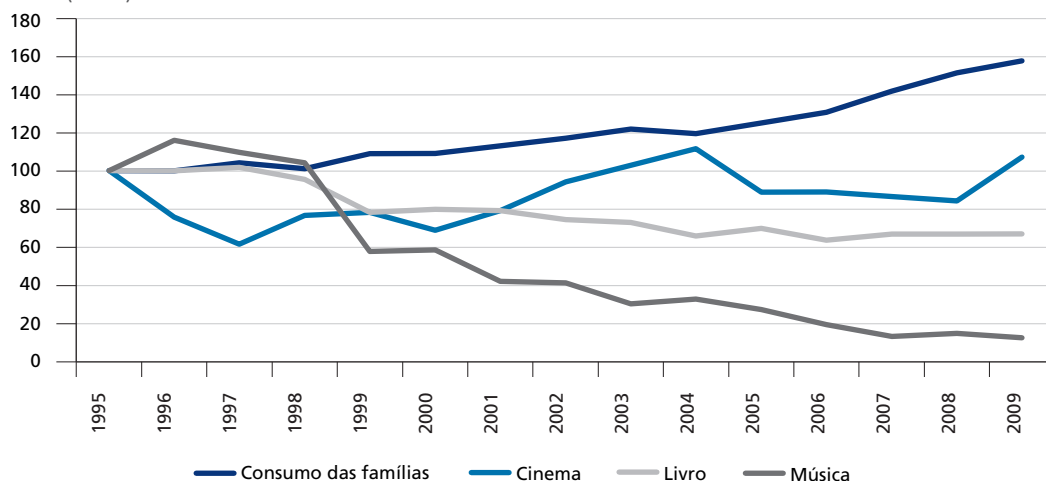
A questão do acesso e da demanda de cultura também foi levantada quando analisadas as tendências para o futuro do país. Um estudo sobre o consumo de bens culturais²⁹ no Brasil (Earp e Paulani, 2014) apontou que embora tenha ocorrido, entre 1995 e 2009, um aumento da renda média da população brasileira e um aumento do consumo global das famílias, este último não se traduziu em aumento do consumo de bens culturais, como ilustrado no gráfico 13.

27. Essa questão foi desenvolvida com mais profundidade no *Texto para Discussão* de Lima, Fleury e Curado, *O Brasil em 2035: tendências e incertezas para a organização e gestão do estado, as políticas públicas e a sociedade civil*, ainda a ser publicado.

28. Essa questão tem relação direta com uma incerteza levantada no *Texto para Discussão* de Monteiro, Guellati e Ferreira, *O Brasil em 2035: tendências e incertezas para segurança pública*. Neste trabalho, ainda em fase de publicação, questiona-se se haverá, até 2035, uma redução dos crimes contra mulher, negros, LGBTT e outras minorias.

29. Na pesquisa em questão, foram considerados bens culturais de consumo: cinema, música e livros.

GRÁFICO 13
Consumo global das famílias e de bens culturais (1995-2009)
(Em %)



Fonte: Earp e Paulani (2014).

Tal fenômeno pode ter diversas interpretações, por exemplo, o desenvolvimento exponencial do uso da internet nesse mesmo período. A popularização da internet constitui-se como um dos principais precursores da mudança do perfil cultural do país entre o final dos anos 1990 e o final da década de 2000, resta saber se futuramente esse movimento estagnar-se ou continuará a se expandir. Fica claro, porém, que o consumo de bens culturais não parece ser uma prioridade no orçamento das famílias brasileiras.

Com relação à prática de esportes e de atividades físicas, a constatação é semelhante. Apesar de ter entrado recentemente no circuito mundial dos esportes, sobretudo pelo fato de ter sido escolhido como sede de dois eventos esportivos de escala mundial – a Copa do Mundo de futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão Rio 2016 –, o Brasil ainda não é um país que incentiva e valoriza devidamente a prática de atividades físicas e de esportes de alto nível e seus atletas.

Uma pesquisa publicada pelo Ministério dos Esportes,³⁰ relativa a dados levantados em 2013, mostrou que ainda 45,9% dos brasileiros entre 14 e 75 anos eram considerados sedentários, ou seja, não praticavam nenhum esporte ou atividade

30. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/diesporte/2.html>>.

física de forma regular. Em termos comparativos mundiais, os sedentários representam 40,5% da população nos Estados Unidos; 22% da população na França; e 34,1% da população no Uruguai. Uma pesquisa anterior, realizada em âmbito nacional, com apoio do IBGE, em 1997 (DaCosta, 2006), apontou que somente 20% da população brasileira era considerada não sedentária. Cabe destacar que, desde a época, era apontado que a população média brasileira era propensa a doenças provocadas por essa inatividade física – como doenças cardiovasculares, diabetes e obesidade –, e esse risco só veio a aumentar. Em suma, é também uma incerteza se, até 2035, haverá maior demanda por parte da população por mais cultura e esporte.

Pesquisa realizada em 2004 pelo IBGE, em parceria com o Ministério da Cultura e o Ipea, sobre a área cultural teve seus resultados publicados no Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), em 2006, atestando fortes disparidades geográficas no que diz respeito tanto à demanda quanto à oferta de bens culturais no país. Sem surpresa, a maioria dos equipamentos culturais encontra-se na região Sudeste.

Considera-se que o acesso à cultura é uma das principais questões para que o Brasil se desenvolva de maneira mais justa, livre e solidária. Devido às desigualdades encontradas atualmente, e que serão apresentadas a seguir, julga-se incerto se, até 2035, o acesso à cultura será mais democrático.

Assim, em pesquisa realizada pelo Ipea (2011), dados revelam que mais da metade dos brasileiros (51%) percebem os equipamentos culturais³¹ como mal localizados, o que demonstra dificuldade de acesso a esses equipamentos no país. Percepção semelhante no que diz respeito à localização dos lugares de encontro e vida associativa, uma vez que 41% dos brasileiros consideram tais espaços como mal situados.

A dificuldade de acesso aos equipamentos culturais é percebida de forma semelhante, independentemente das classes de renda, ou seja, podemos concluir que a percepção é negativa para o conjunto da população brasileira.

31. Equipamentos culturais são entendidos como cinema, teatro, biblioteca, museu, arquivo público, centros culturais e de referências.

Ao pensarmos quais são os obstáculos percebidos ao acesso à oferta cultural, mais de 70% dos brasileiros indicam o preço como obstáculo principal. Sendo assim, se o preço é uma barreira para toda população, ele se torna mais prejudicial ainda no que diz respeito à parcela de mais baixa renda da sociedade brasileira. Além disso, cabe destacar que mais de 55% da população acredita que o acesso à cultura é elitista no Brasil, e mais de 60% dos brasileiros declaram que os equipamentos culturais se encontram longe de seu local de moradia.

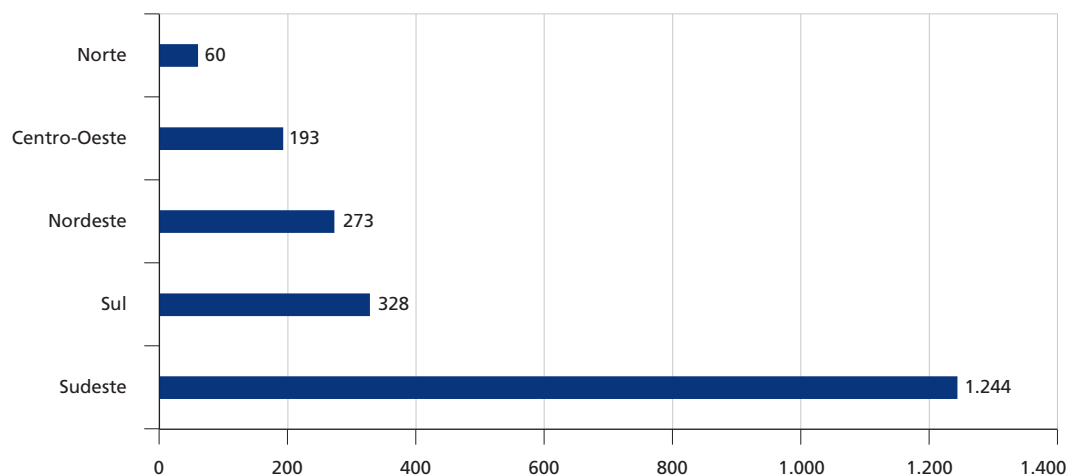
Ademais, o relatório do Ministério da Cultura (Brasil, 2010) revela que há uma alta concentração dos equipamentos culturais do país nas regiões Sudeste e Sul, conforme podemos observar no gráfico 14.

Mesmo considerando o fato de que a região Sudeste concentra a maior parte da população, e que, portanto, é razoável esperar que haja mais equipamentos culturais em comparação com o resto do país, a pesquisa do Ministério da Cultura (Brasil, 2010) revela que a discrepância é muito elevada com relação ao número de salas de cinema, teatros e museus. Conforme demonstram a tabela 4 e o gráfico 15, equipamentos culturais se concentram em mais de 70% nas regiões Sudeste e Sul, sendo que em termos populacionais estas reúnem 57% da população brasileira.

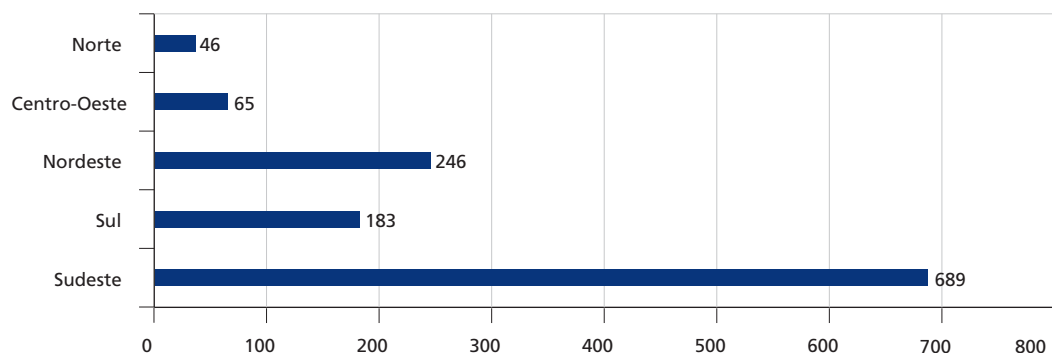
GRÁFICO 14

Distribuição dos equipamentos culturais por região brasileira, em valores absolutos (2007)

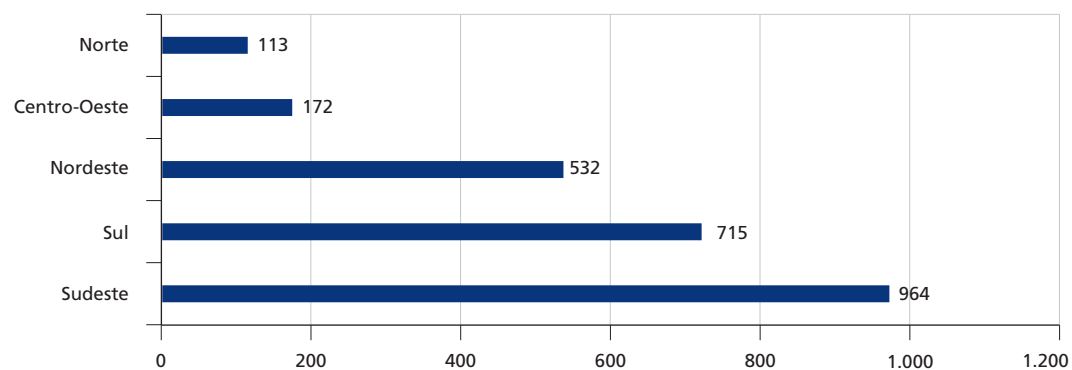
14A – Número de salas de cinema por região



14B – Número de teatros por região



14C – Número de museus cadastrados por região



Fonte: Agência Nacional do Cinema (Ancine), Fundação Nacional de Artes (Funarte) e Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Demu/Ipphan), 2007.
Elaboração dos autores.

Fica a incerteza se o Brasil conseguirá ofertar equipamentos culturais que atendam melhor às pessoas nos quesitos localização e preço, e também se haverá uma distribuição mais igualitária dos equipamentos culturais em todas as regiões do país.

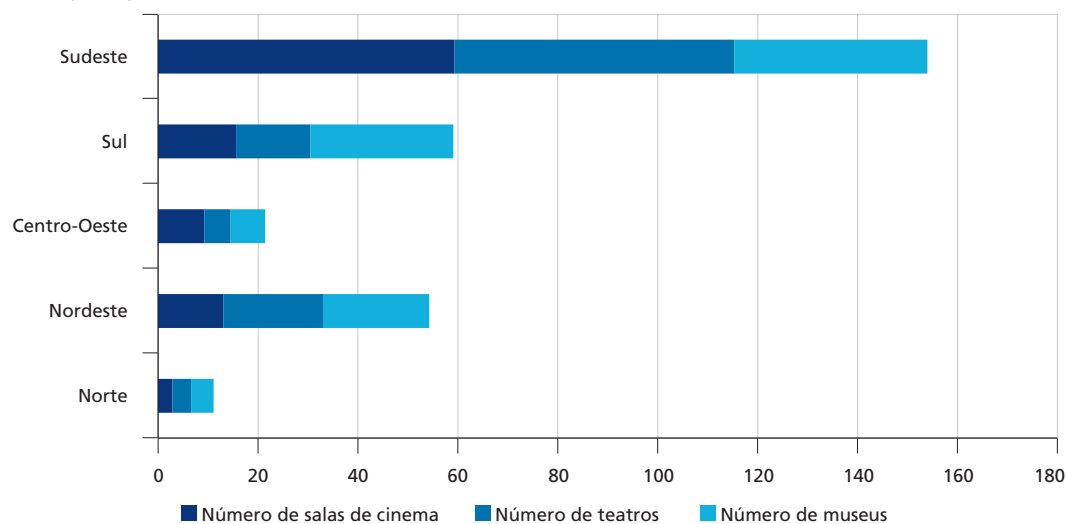
TABELA 4

Distribuição relativa de equipamentos culturais por região brasileira em relação à população e ao PIB de cada região (2007)

	População relativa (milhões de habitantes)	Salas de cinema (% no total)	Teatros (% no total)	Museus (% no total)
Norte	7,9	2,9	3,7	4,5
Nordeste	28,0	13,0	20,0	21,3
Centro-Oeste	7,2	9,2	5,3	6,9
Sudeste	42,3	59,3	56,1	38,6
Sul	14,5	15,6	14,9	28,6

Fonte: IBGE (2007) e MEC, 2010.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 15
Distribuição de equipamentos culturais por região brasileira
(Em %)



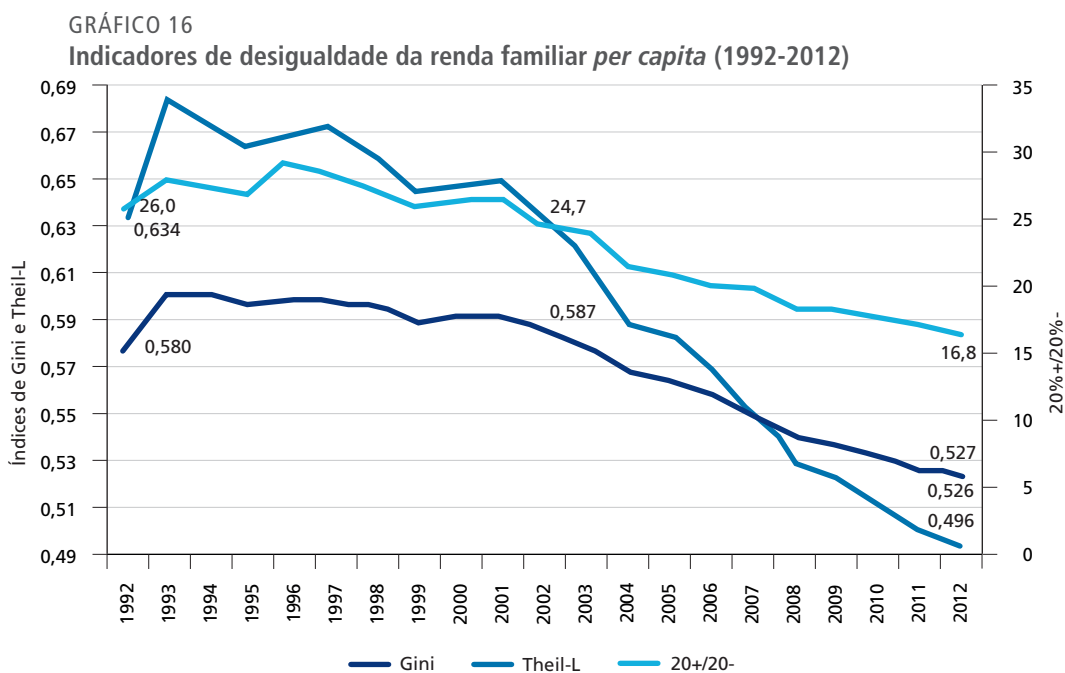
Fonte: IBGE (2007) e MEC, 2010.
Elaboração dos autores.

2.4 Desigualdades sociais e territoriais

O Brasil apresenta, historicamente, enorme desigualdade na distribuição de renda. Apesar da relevância social de enfrentamento do problema e da importância do estabelecimento de estratégias que combinem políticas redistributivas e crescimento econômico, programas mais contundentes nesse sentido só foram implementados a partir das duas últimas décadas.

O gráfico 16 indica diminuição da desigualdade no país. Mostram-se os índices de Gini e de Theil-L (escala no eixo esquerdo) e a razão 20+/20- (escala no eixo direito). A razão 20+/20- representa o quanto os 20% mais ricos da população abocanham do bolo de rendimentos em relação aos 20% mais pobres. Quanto maior essa razão, mais desigual é a sociedade (Ipea, 2013).

Demais dados gerais apontam que, entre 1992 e 2002, o crescimento da renda familiar *per capita* dos 5% mais ricos superou o da renda dos 40% mais pobres, sendo que, entre 2002 e 2012, a renda média dos 40% mais pobres aumentou para mais de 6%. Nesse mesmo período, o aumento dos 5% mais ricos foi de 2,4%.



Fonte: Ipea (2013).

Obs.: Exclusivo áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Valores de 1994, 2000 e 2010 obtidos por interpolação polar.

Tais dados apontam que a desigualdade vem diminuindo, no entanto, é incerto se o país se manterá nessa trajetória, uma vez que essa redução foi comprometida pela crise econômica que o Brasil enfrenta, em um quadro agravado por desequilíbrio fiscal, desde 2013, e pela crise política desde 2014. É então uma incerteza se, até 2035, as desigualdades de renda continuarão diminuindo no Brasil.

É preciso levar em conta, ainda, que o crescimento econômico, mesmo se retomado, não é condição suficiente para causar a redução do grau de desigualdade na distribuição de renda. É certo que a experiência brasileira no combate à pobreza esteve, historicamente, muito mais associada aos efeitos do crescimento econômico, relegando a um papel secundário os potenciais efeitos das estratégias de redução da desigualdade. Contudo, é possível dizer que somente a busca de maior equidade social como elemento central de uma estratégia de combate à pobreza garantirá, de forma sustentável, uma contínua diminuição da desigualdade social no Brasil (Soares e Osório, 2006).

Apesar das melhorias obtidas na educação brasileira nos últimos vinte anos, a desigualdade ainda está fortemente presente entre as regiões do país. Tais disparidades se evidenciam ao observarmos, por exemplo, a evolução das taxas de analfabetismo (tabela 5).

TABELA 5
Taxa de analfabetismo por região brasileira e nacional
(Em %)

Região	Ano		
	1995	2005	2015
Norte	13,3	11,9	9,1
Nordeste	30,5	21,9	16,2
Sudeste	9,3	6,6	4,3
Sul	9,1	5,9	4,1
Centro-Oeste	13,3	8,9	5,7
Brasil	15,5	11,1	8,0

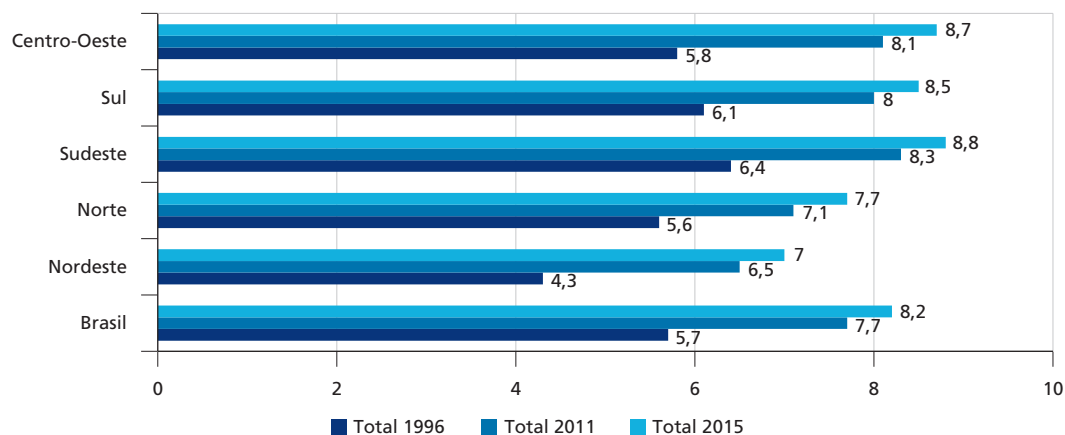
Fonte: Pnad 1995, 2005 e 2015/IBGE.
Elaboração dos autores.

Constata-se que houve diminuição da taxa de analfabetismo no conjunto do país e em cada região. No entanto, as desigualdades regionais persistem, uma vez que se observa ainda uma predominância do analfabetismo – 16,2% da população – na região Nordeste do país. Já nas regiões Sul e Sudeste, as taxas de analfabetismo atingem respectivamente 4,1% e 4,3% da população. Na média nacional, 8% da população brasileira era formada por analfabetos em 2015, porcentagem consideravelmente alta. Somente as regiões Nordeste e Norte do país possuem médias piores do que a média nacional.

Tais disparidades regionais também se evidenciam ao observarmos o aumento da média de anos de estudo da população por região brasileira (gráfico 17).

Observa-se que a despeito de serem constatadas melhorias gerais, os progressos não reduziram as disparidades regionais. Os melhores resultados encontram-se nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. A média nacional de anos de estudo da população passou de 5,7 anos, em 1996, para 7,7 anos, em 2011, e em seguida para 8,2 anos, em 2015. Já nas regiões Norte e Nordeste, o resultado persiste abaixo da média nacional, com destaque para o Nordeste, onde foi calculado, em 2015, a média de 7 anos de estudo da população, valor inferior à média brasileira em 2011 (7,7 anos).

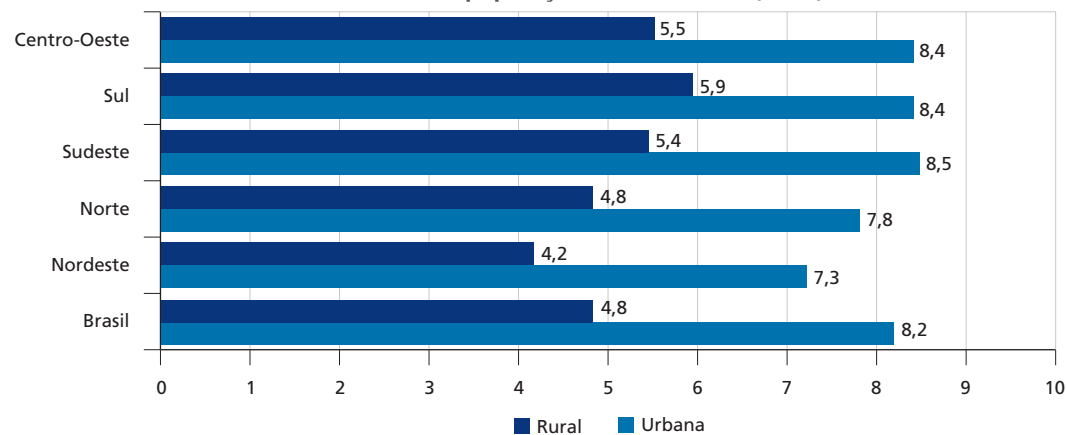
GRÁFICO 17
Média de anos de estudo da população por região brasileira e nacional



Fonte: Pnad/IBGE.

A persistência da desigualdade em termos educacionais também aparece em função de a população ser urbana ou rural. Como demonstrado no gráfico 18, em 2011, em todas as regiões do país a diferença da média de anos de escolaridade entre as populações das áreas urbanas e rurais ficou em torno de três anos. Em nível nacional, em 2015, calculou-se em 5,5 a média de anos de estudo da população em área rural, sendo que na área urbana essa média foi de 8,6 anos (Pnad 2015). Evidencia-se a forte disparidade em investimento educacional nas regiões rurais do país.

GRÁFICO 18
Brasil: média de anos de estudo da população urbana e rural (2011)



Fonte: Pnad/IBGE.

De forma a salientar as desigualdades sociais que ainda persistem no Brasil, é interessante apresentar os resultados da desagregação do IDHM.³² O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do índice de desenvolvimento humano (IDH) global – longevidade, educação e renda –, mas vai além, pois adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Dessa forma, com base nos dados do *Atlas do Desenvolvimento Humano*,³³ foi calculado de maneira desagregada o IDHM por cor ou raça, por sexo e por situação de domicílio (área urbana ou rural), como mostra a tabela 6.

TABELA 6
Brasil: IDHM desagregado e seus subíndices

			IDHM	Esperança de vida ao nascer	Fundamental completo (% 18 ou mais)	Anos finais do fundamental (% 11 a 13 anos)	Renda (R\$)
Cor	Negro	2000	0,530	66,6	30,22	47,70	327,30
	Branco	2000	0,675	71,1	47,28	70,38	806,36
	Negro	2010	0,679	73,2	47,78	85,39	508,90
	Branco	2010	0,777	75,3	62,14	91,51	1.097,00
Sexo ajustado à renda de trabalho	Mulher	2000	0,596	71,7	41,09	63,17	939,10
	Homem	2000	0,602	64,7	39,33	55,17	1.422,30
	Mulher	2010	0,719	77,3	56,67	90,25	1.059,30
Situação de domicílio ¹	Homem	2010	0,720	69,8	53,04	85,49	1.470,73
	Rural	2010	0,586	71,5	26,51	79,10	312,74
	Urbano	2010	0,750	74,6	59,72	89,83	882,64

Fonte: Pnud, Ipea e FJP (2017).

Nota: ¹ Calculado somente com base nos dados de 2010.

De forma geral, observa-se o avanço de todos os índices. Assim como em 2000, o IDHM mais alto é o calculado para o branco, sendo que o mais baixo deixa de ser o do negro pela entrada na conta do índice rural, não contabilizado em 2000 (assim como o urbano). Em sua média, o IDHM de homem e mulher é quase o mesmo, porém é na observação dos subíndices que as desigualdades de gênero persistentes aparecem.

Contraopondo os dados do IDHM para a população branca e negra no Brasil, evidencia-se que o dos negros em 2010 se equiparou ao dos brancos em 2000. Em outros termos, como aponta o estudo, o índice dos negros levou dez anos para equiparar-se ao

32. A elaboração do IDHM é resultado de uma parceria entre o Pnud, o Ipea e a Fundação João Pinheiro (FJP), e é produzido desde 2012.

33. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>.

dos brancos, uma vez que este último continuou avançando. Apesar disso, a diferença entre o IDHM de negros e brancos reduziu-se significativamente no período de 2000 a 2010. Em 2000, o índice da população branca era 27,1% superior ao da população negra, ao passo que, em 2010, o dos brancos passou a ser 14,42% superior ao dos negros.

Ao observarmos a tabela 6, constatamos que as três dimensões que compõem o IDHM desagregado por cor, sexo e situação de domicílio apresentaram avanços. No entanto, desigualdades de cor, gênero e situação de domicílio persistem tanto na dimensão da educação quanto na de renda e longevidade.

Do ponto de vista do sexo, observa-se, primeiramente, que a esperança de vida ao nascer permanece consideravelmente mais alta para as mulheres com relação aos homens. No entanto, ao confrontar a dimensão educação e a dimensão renda, evidencia-se que as mulheres, mesmo obtendo índices melhores em termos de educação, tanto em 2000 quanto em 2010, persistem com uma renda inferior a dos homens, nas duas datas pesquisadas.

Ao observar os subíndices relativos a cor, evidencia-se que para a população negra a dimensão educação foi a que mais contribuiu para o avanço do IDHM, com um crescimento médio anual de 4,9%, considerando o crescimento do subíndice de educação. Quanto à escolaridade da população adulta, 62% da população branca com mais de 18 anos possuía o fundamental completo, ante 47% da população negra. Apesar disso, a desigualdade persiste alta em relação à renda de brancos e negros. Em 2010, a renda domiciliar *per capita* média da população branca era mais que o dobro da renda da população negra: R\$ 1.097,00 ante R\$ 508,90.

No que diz respeito às disparidades do IDHM em função da situação de domicílio, os dados mais contrastantes são os relativos à dimensão da educação, uma vez que somente 26,5% da população rural adulta possui o ensino fundamental completo, contra 59,7% da população urbana.

Diante desses dados vemos que, a despeito dos avanços sociais obtidos nas duas últimas décadas – e que se retratam nos índices observados –, segue como incerteza se, até 2035, as desigualdades sociais continuarão diminuindo no Brasil.

2.5 A infraestrutura social urbana e o meio ambiente

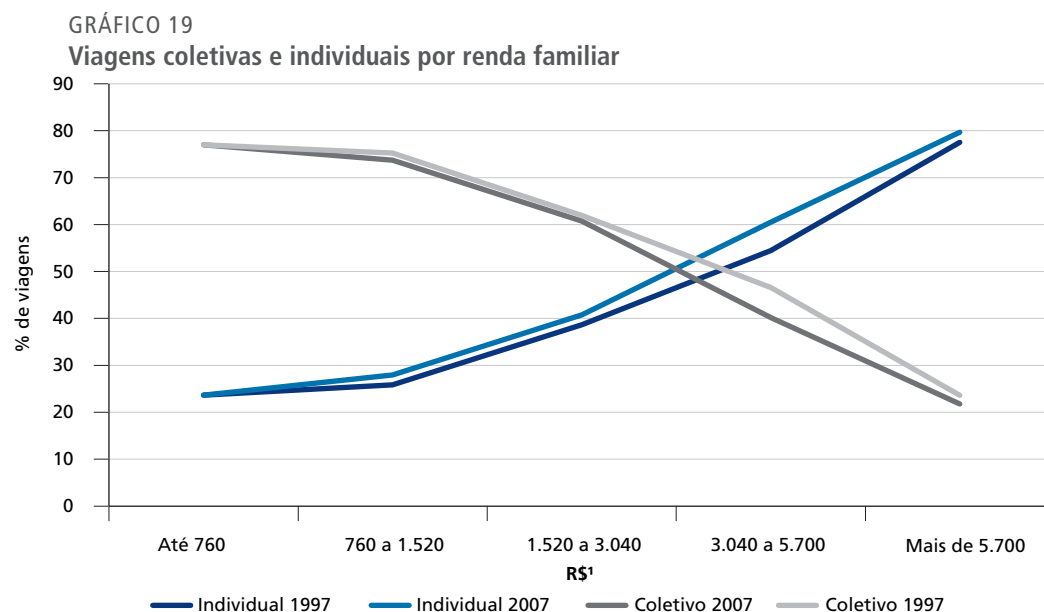
Desde a década de 1980, o Brasil se consolidou como um país urbano e metropolitano. Segundo o último censo demográfico, em 2010, 84% da população brasileira vivia em cidades, sendo que 47% dessa população residia nas regiões metropolitanas (RMs) do país. Porém, os investimentos em infraestrutura social e econômica não acompanharam esta urbanização acelerada. Foi considerada uma incerteza se, até 2035, haverá no Brasil infraestrutura urbana que assegure qualidade de vida nos grandes centros urbanos.

Atualmente, grande parte das cidades brasileiras enfrenta problemas relativos a urbanização desordenada, como crescente poluição, congestionamentos, acidentes de trânsito, além da baixa qualidade e eficácia dos transportes públicos em geral – apesar do alto custo e dos impactos sociais e ambientais negativos –, *deficit* de moradias, falta de saneamento básico, periferização etc. Ademais, é uma megatendência a permanência da insuficiência de investimentos em infraestrutura social e econômica até 2035.

Apesar de uma crescente demanda por políticas públicas de melhoria da mobilidade urbana, o que assistimos nos últimos vinte anos foi um aumento da frota de veículos motorizados individuais e, como uma de suas consequências, o aumento do tempo de deslocamento casa-trabalho.³⁴ Observa-se que no Brasil o aumento de rendimento das famílias conduz à substituição do uso dos transportes coletivos públicos pelo uso de veículo individual, como ilustra o gráfico 19. Permanecendo o crescimento da renda familiar mensal, as frotas de veículos e motos deverão dobrar até 2025, segundo especialistas (Ipea, 2010, p. 554).

A forte conurbação e o crescimento exponencial nos últimos anos das RMs afetam também a mobilidade urbana no país. As RMs brasileiras são fortemente marcadas pelo modelo centro-periferia de expansão de cidades, que faz com que a maior parte da população resida nas áreas periféricas distantes, irregulares, ambientalmente frágeis, e desprovidas de infraestrutura e equipamentos básicos.

34. Parâmetro para mensuração da mobilidade urbana.



Existem dois principais desdobramentos preocupantes relacionados à mobilidade urbana nas metrópoles brasileiras e também cada vez mais nas cidades médias. O primeiro sintoma, como já mencionado, é o aumento do tempo de deslocamento da população casa-trabalho, que continua crescendo, conforme ilustrado na tabela 7. Vemos que, entre 1992 e 2008, aumentou em 3,3 pontos a porcentagem de pessoas que levaram mais de uma hora por dia com o deslocamento casa-trabalho, ou seja, um em cada cinco brasileiros passava por esta situação diariamente.

TABELA 7
Deslocamentos casa-trabalho nas dez principais RMs brasileiras

	1992	2008
Tempo médio do deslocamento casa-trabalho (em minutos)	37,9	40,3
Pessoas com deslocamento casa-trabalho superior a uma hora (%)	15,7	19,0

Fonte: Pnad/BGE e Ipea.

Elaboração dos autores.

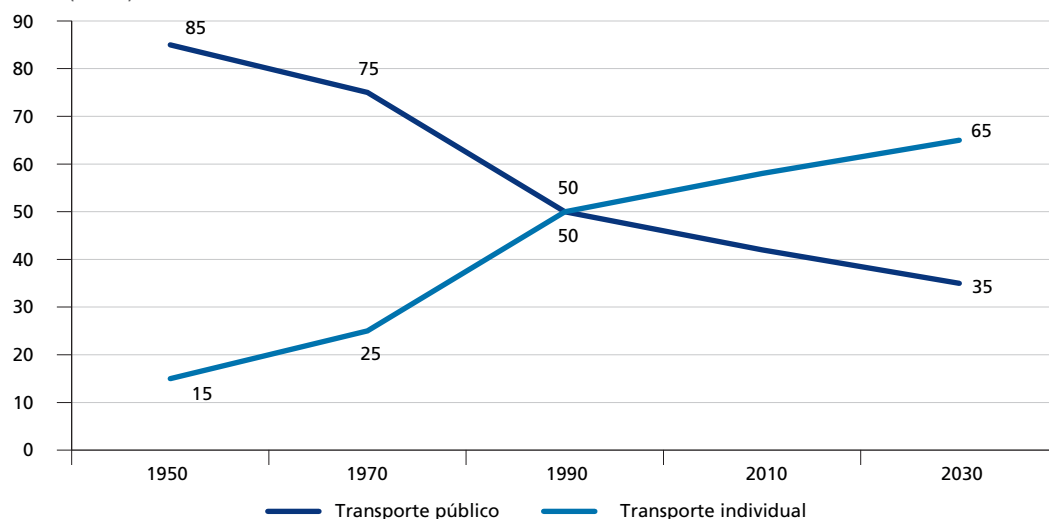
Obs.: Foram consideradas apenas as dez RMs oficiais identificadas na Pnad, o que inclui Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília.

Os efeitos perversos desse tempo gasto com o deslocamento vão além da perda de tempo e de qualidade de vida, pois quanto maior é o tempo gasto, menor é a disponibilidade de tempo para realização de outras atividades e menor é a produtividade no trabalho. Ademais, prova-se que as deficiências no sistema de transporte público

tornam-se um mecanismo de exclusão social, pois contribuem para perpetuação de um ciclo vicioso no qual quem tem menor qualificação tem menor renda, mora mais longe, e gasta mais tempo no seu deslocamento, ficando com menos – ou sem – tempo para participar de outras atividades, como qualificar-se mais (Pereira e Schwanen, 2013; Young, Aguiar e Possas, 2013).

O segundo sintoma diz respeito ao que especialistas chamam de fluxo pendular, ou seja, a circulação dessa ampla parcela da população diariamente entre o centro e a periferia, o que contribui em muito para os crescentes congestionamentos que assistimos hoje em dia. Este problema tende a piorar, conforme ilustra o gráfico 20, sobretudo devido ao baixo investimento público, à falta de incentivo ao uso dos transportes públicos coletivos e, por consequência, ao aumento da participação do transporte individual em relação ao transporte coletivo.

GRÁFICO 20
Participação do transporte público em viagens nas RMs
(Em %)



Fonte: Ipea (2010).

Existem, no entanto, sinais ínfimos que atestam uma progressiva mudança de mentalidades aliada à criação de novas políticas públicas que visam aumentar o uso nas grandes metrópoles de transportes alternativos e a outras medidas de gerenciamento da demanda por mobilidade nas cidades, como restrição por placa e estacionamento tarifado (BID, 2013). Ainda que tímidos, tais esforços têm um grande potencial de transformação. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

(Ibope), realizada em 2014,³⁵ apontou um aumento de 50% em um ano no número de paulistanos usando bicicletas como meio de transporte, neste ano, haviam 261 mil ciclistas frequentes³⁶ na capital paulista. Ademais, se as ciclovias totalizavam 63 km em 2013, elas passaram a ter 133,6 km em 2014, na capital de São Paulo. Devemos constatar, entretanto, que tais mudanças se concentram quase exclusivamente em algumas regiões do país, uma vez que apenas 1% da malha viária total das cidades do país é composta por ciclovias. O recorde nacional encontra-se na capital do Acre, Rio Branco, onde 7,4% da malha viária é composta por ciclovias. Fica então como incerto se, até 2035, o tempo de deslocamento casa-trabalho será reduzido no Brasil.³⁷

Nas últimas décadas, no Brasil, a demanda por habitação aumentou sobretudo nas grandes metrópoles. Em parte, por questões demográficas (redução do tamanho das famílias, por exemplo), mas também por conta do êxodo rural em direção às cidades. Entre as décadas de 1980 e 2000, houve uma crescente construção de moradias em condições precárias do tipo favela. Nesse período, o Brasil sofreu com um aprofundamento da pobreza urbana e com o crescimento dos *deficit* ligados à habitação. Se analisarmos os últimos quarenta anos, foram alarmantes os números do crescimento populacional nas favelas: em 1970, 1% da população da cidade de São Paulo vivia em favelas; em 2000, esta população saltou para 20%, atingindo 2.081.173 pessoas. A tabela 8 mostra que a situação é semelhante ou pior em mais capitais de Unidades da Federação (UFs). Outro dado mostra que, entre 1991 e 2000, a população moradora de favelas cresceu 84% no país, enquanto a população geral teve um incremento de apenas 15,7%, segundo dados do Ministério das Cidades (Brasil, 2009).

A criação do Ministério das Cidades em 2003 colocou na pauta política a questão da urbanização crescente e seus problemas decorrentes, forçando o Estado a pensar uma nova política habitacional. Assim, enquanto em 2002 foram investidos cerca de R\$ 7 bilhões no campo da habitação, em 2009, investiram-se R\$ 62 bilhões. Apesar das melhorias, segue alto o *deficit* habitacional brasileiro, segundo dados da Pnad de 2005 (Ipea, 2010, p. 379).

35. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/sites/default/files/pesquisas/relatorio_de_tabelas_24_01.pdf>.

36. Foram considerados frequentes os ciclistas que usam o transporte todos os dias.

37. Optou-se pelo uso desse indicador como o mais adequado para a mensuração da melhoria da mobilidade urbana, considerando o seu aspecto social.

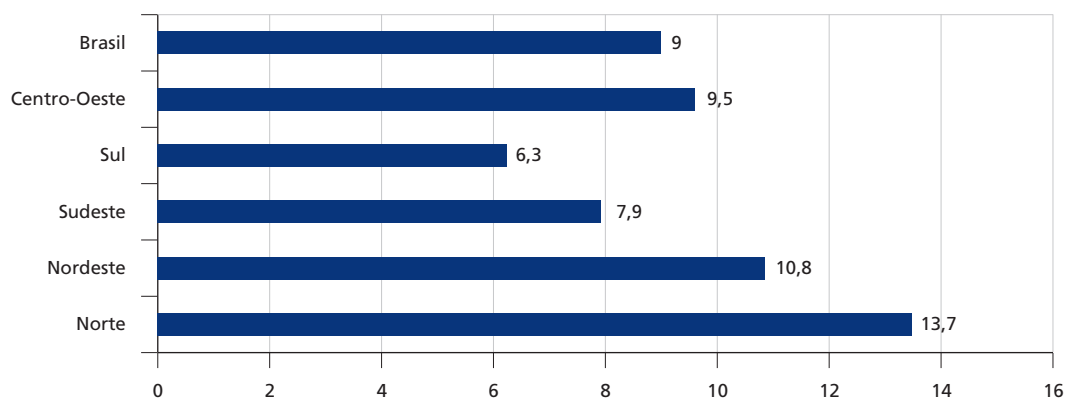
TABELA 8
População total das principais capitais de UFs residente em habitações subnormais (2010)
(Em %)

Capitais de UFs	População em habitações subnormais
São Paulo	20
Belo Horizonte	20
Rio de Janeiro	20
Salvador	33
Fortaleza	28
Belém	50
Recife	40

Fonte: Brasil (2009).
Elaboração dos autores.

Em 2013, o *deficit* habitacional relativo médio no Brasil foi calculado em 9%. O menor *deficit* encontra-se na região Sul do país, 6,3%, já o maior, 13,7%, foi calculado na região Norte, como vemos no gráfico 21.

GRÁFICO 21
Deficit habitacional relativo segundo regiões geográficas (2013)
(Em %)



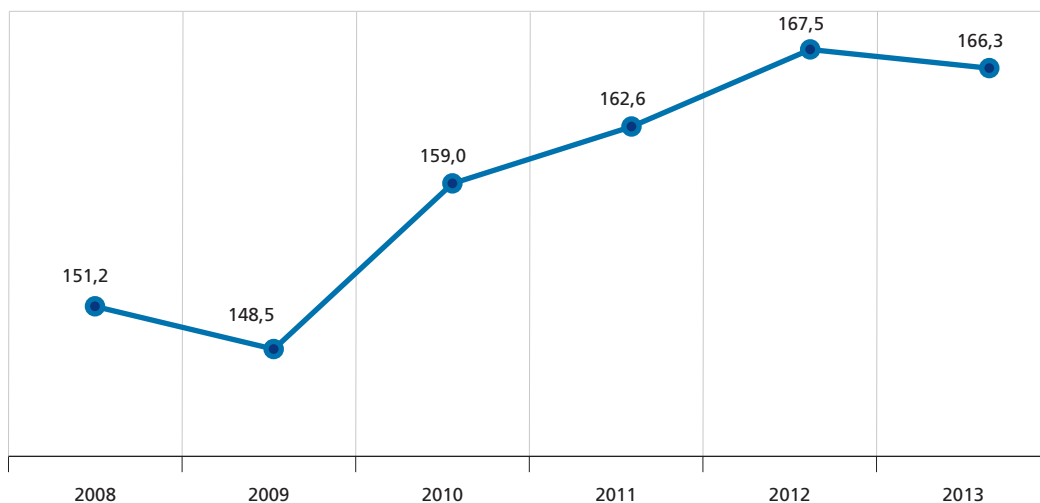
Fonte: Ipea (2013) Pnad 2013/IBGE.
Elaboração dos autores.

Em termos absolutos, os maiores *deficit* se concentram nas regiões Sudeste e Nordeste do país, e, em termos relativos, na região Norte. Mesmo com a ocorrência de melhorias importantes na condução das políticas habitacionais no país, um estudo realizado pela FJP (2013), e baseado em dados do último Censo Demográfico de 2010

(IBGE, 2012), apontou que ainda há um *deficit* habitacional³⁸ de aproximadamente 7 milhões de unidades no país. Segue então como incerteza se, até 2035, o *deficit* habitacional diminuirá em todas as regiões do país.

Com o crescimento das cidades brasileiras e o fortalecimento da indústria agrícola, observa-se um conseqüente aumento do consumo de água *per capita*,³⁹ como ilustrado no gráfico 22. Desde fins dos anos 1980, a população brasileira tem retirado mais de seus reservatórios naturais de recursos hídricos sem necessariamente terem sido ampliadas de forma significativa as infraestruturas locais para transporte e tratamento. Permanecem, portanto, problemas de infraestrutura que afetam a distribuição e assim continuarão a fazê-lo, ao passo que a demanda por água cresce no Brasil e no mundo.

GRÁFICO 22
Consumo de água *per capita* por litro
(Em litros)



Elaboração dos autores.

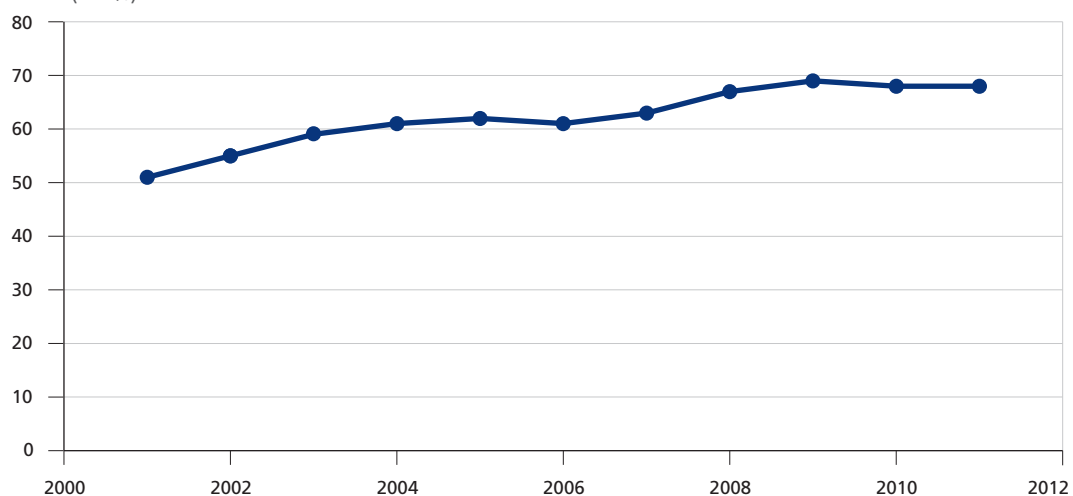
38. O *deficit* habitacional é calculado como a soma de quatro componentes: *i*) domicílios precários, isto é, improvisados (imóvel comercial, pontes ou viadutos) ou rústicos (palha e madeira aproveitada); *ii*) coabitação familiar, quando há mais de uma família por domicílio; *iii*) ônus excessivo com aluguel urbano, quando a família tem renda de até três salários mínimos e gasta 30% ou mais com aluguel; e *iv*) adensamento excessivo de domicílios alugados, quando há mais de três moradores por dormitório. Os componentes são calculados de forma sequencial, em que a verificação de um critério está condicionada à não ocorrência dos critérios anteriores. A forma de cálculo garante que não haja dupla contagem de domicílios, exceto pela coexistência de algum dos critérios e uma ou mais famílias conviventes secundárias que desejem constituir novo domicílio (FJP, 2015).

39. Segundo a ONU, 110 litros por dia é a quantidade de água suficiente para atender as necessidades básicas de uma pessoa.

Nesse sentido, foi considerada uma tendência de peso a crescente demanda por recursos hídricos e saneamento básico, tendo em vista que há problemas estruturais tanto na captação e distribuição de recursos hídricos quanto no tratamento de esgoto e resíduos sólidos. Paralelamente, o fortalecimento das atividades industriais nos setores intensivos de capital e de agropecuária pode afetar a demanda atual, contribuindo para um aumento da pressão por melhora desses serviços.

No que se refere ao saneamento básico, percebeu-se que houve melhora de forma constante da proporção do esgoto tratado em relação ao total coletado no país, como demonstra o gráfico 23. Nele vemos que, em 2000, cerca de 51% do total de esgoto coletado no Brasil era tratado, e esse índice passou a ser de 68% em 2012.

GRÁFICO 23
Proporção do esgoto tratado em relação ao total coletado no Brasil
(Em %)



Fonte: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE, 2015.

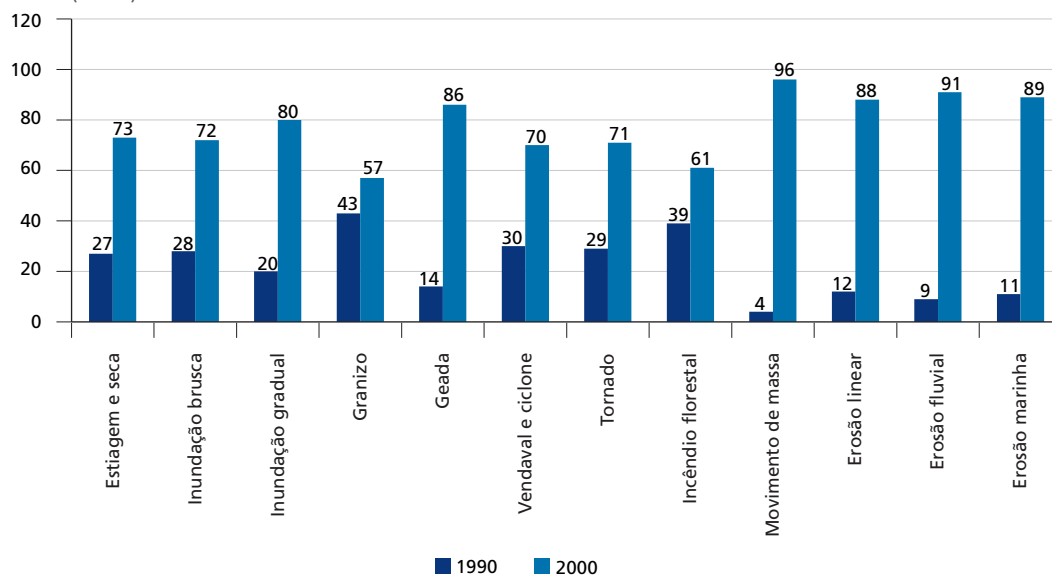
Devemos destacar, porém, a existência de problemas estruturais de saneamento básico como um todo (tanto na captação e distribuição de recursos hídricos quanto no tratamento de esgoto, como exposto anteriormente), que deixa incerto esse objetivo. Assim, de acordo com dados do Instituto Trata Brasil, correspondentes a 2014, apenas 48,6% dos brasileiros têm acesso à coleta de esgoto, e só 40% dele é tratado. Das cem maiores cidades brasileiras, só dez tratam mais de 80% de seus esgotos.

Observa-se também uma crescente demanda pelo aumento e provimento desses serviços. Embora o Brasil tenha internalizado tratados internacionais sobre o tema, como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em meados dos anos 1990, ainda padece de garantir condições mínimas a todos os seus cidadãos. Apesar da melhora do ambiente regulatório com a publicação da Lei nº 11.445/2007 – lei do saneamento básico – e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, publicada pela Lei nº 12.305/2010, ainda há dificuldades na gestão e distribuição de responsabilidades entre a União, os estados, os municípios e o setor privado (Cunha, 2011, p. 7-8).

Houve melhora nos investimentos das cidades na área, tendo 64% das cidades brasileiras aumentado seus gastos na área em torno de 29%. Porém, o valor ainda está muito abaixo da demanda nacional, mantendo o país na 11ª colocação no *ranking* latino-americano de saneamento básico (Moreira, 2016). Segundo o Instituto Trata Brasil (2015), mantido constante esse padrão de investimento, o Brasil deve demorar em torno de cem anos para universalizar a coleta e o tratamento de esgoto, permanecendo como incerteza se, até 2035, o saneamento básico atingirá 90% das áreas urbanas.

No Brasil, houve nos últimos vinte anos um aumento da ocorrência de desastres climáticos registrados, fazendo com que consideremos o aumento dos impactos associados às mudanças climáticas uma tendência. Tais eventos climáticos extremos causam tanto perdas sociais quanto econômicas, e por isso tendem a afetar o desenvolvimento socioeconômico do país. Com relação ao tipo de desastre ocorrido, o gráfico 24 aponta que, na década de 2000, todos os tipos de desastres aumentaram em relação à década de 1990. Destacam-se os movimentos de massa, que em 96% dos casos ocorreram na década de 2000.

GRÁFICO 24
Comparativo de ocorrências de desastres entre décadas
(Em %)



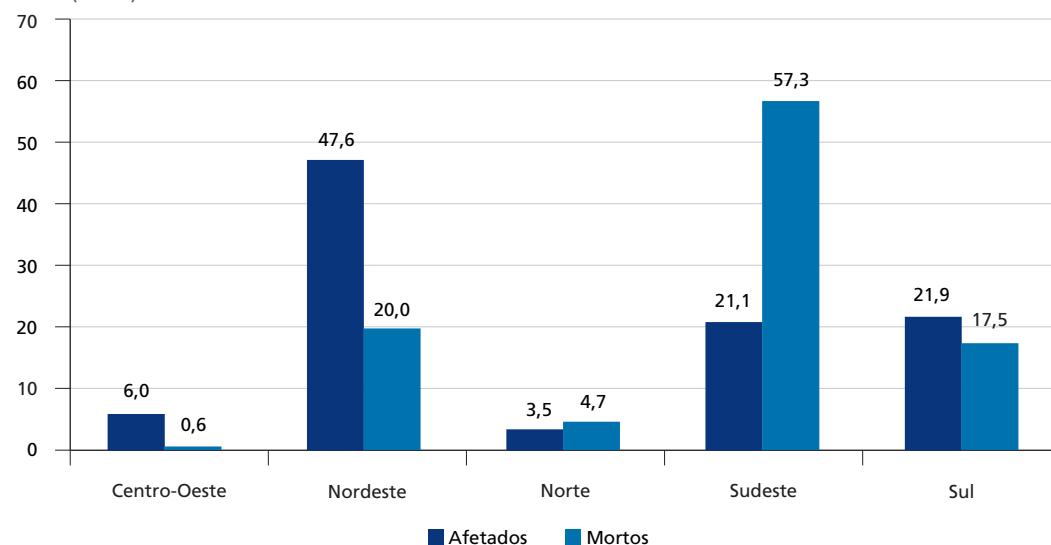
Fonte: Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa (Ceped/UFSC) 2012.

Entre os desastres que mais atingiram a população nos últimos vinte anos, em termos de população afetada, estão a estiagem/seca e a inundação brusca (Ceped/UFSC, 2012). Assim, do total de afetados por desastres nesse período – 96.220.879 pessoas – 50,34% foram afetados pela estiagem/seca, e 29,56%, pelas inundações bruscas.

Com ocorrência bem menos frequente do que a estiagem/seca, as inundações bruscas foram responsáveis pela maioria das mortes. Assim, 43,19% do total de mortes registradas decorrentes de desastres está relacionado com as inundações bruscas. Em seguida vêm os movimentos de massa, que provocaram 20,4% das mortes em desastres.

No que diz respeito à localização dos desastres – por região –, fica evidente que a região Sudeste é a que conta com mais vítimas fatais: 57,3% das mortes em desastres ocorrem nessa região. No entanto, em termos de afetados por desastres, é na região Nordeste que os casos mais se concentram, conforme ilustra o gráfico 25.

GRÁFICO 25
Brasil: mortos e afetados, por região
 (Em %)



Fonte: Ceped/UFSC (2012).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento de longo prazo é um processo extenso que apresenta dificuldades em se consolidar no Brasil. Construir estratégias para o longo prazo passa pela reflexão sobre as dificuldades do passado, os desafios do presente e as possibilidades de futuro. Por isso, o intuito principal deste texto foi contribuir com o debate sobre questões sociais que já atingem e atingirão mais ainda o Brasil nas próximas décadas. Para tanto, foram apresentadas e debatidas de forma ampla as principais variáveis do processo prospectivo Brasil 2035 referentes à temática social, buscando oferecer subsídios para os formuladores de políticas públicas realizarem um planejamento de longo prazo.

Ao longo da análise, pôde-se observar que o Brasil passará, até 2035, por grandes e importantes transformações demográficas. Diante dessas mudanças, espera-se que decisões sejam tomadas visando à adequação das políticas públicas em curso e à criação de novas medidas, de forma a adaptar-se à tendência de envelhecimento da população, uma das megatendências apontadas para 2035. Espera-se também que as melhorias já observadas com relação à educação no país se mantenham de forma a possibilitar um

maior acesso ao ensino para todos os brasileiros. Objetiva-se que, para além do acesso, mudanças ocorram para a construção dos fundamentos de uma educação de qualidade e para que esta construção se articule com avanços na formação profissional, de forma a suprir em médio-longo prazo as demandas do mercado de trabalho brasileiro, pontos ainda incertos tendo em vista a situação atual.

Considerado uma tendência, o empoderamento dos atores sociais até então excluídos se chocará com a reação dos segmentos sociais contrários a esse movimento. Acredita-se, no entanto, que as desigualdades sociais e seus desdobramentos, embora incertos, continuarão diminuindo no Brasil até 2035, principalmente devido ao crescimento da presença da temática da diversidade social e cultural na agenda política do país.

Por último, questiona-se se até 2035 haverá infraestrutura urbana que assegure qualidade de vida nos grandes centros urbanos do país, apesar da tendência que indica a permanência da insuficiência de investimentos em infraestrutura social e econômica. Não obstante as melhorias constatadas na última década com relação à infraestrutura, a realidade brasileira ainda se encontra longe de assegurar qualidade de vida a sua população. Transformações importantes precisam ser aprofundadas ou empreendidas para que se colham resultados substancialmente positivos ainda em 2035.

A interação entre essas variáveis é a porta de entrada para um novo período de incertezas e transformações para o Brasil, bem como de oportunidades e escolhas no processo de desenvolvimento. Daí reside a necessidade de reflexão e antecipação no presente das possibilidades de estratégias para o futuro.

REFERÊNCIAS

ABED – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **EAD Brasil 2014**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil. São Paulo: Abed, 2015.

AÇÃO EDUCATIVA; GREPPE – GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS. **Sistemas de ensino privado na educação pública brasileira**: consequências da mercantilização para o direito à educação. São Paulo: Ação Educativa; Greppe, nov. 2015.

BARBOSA, A. L. Participação feminina na força de trabalho brasileira: evolução e determinantes. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília: Ipea, 2014.

BELTRÃO, K.; DUCHIADE, M. Evolução da educação formal no Brasil: ganhos passados com espaço para oportunidades futuras. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília: Ipea, 2014.

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Guia prático: estacionamento e políticas de gerenciamento de mobilidade (GDM) na América Latina.** Nova York: BID, 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit Habitacional no Brasil – 2007.** Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

_____. Ministério da Cultura. **Cultura em números: anuário de estatísticas culturais.** 2. ed. Brasília: MinC, 2010.

_____. Ministério dos Esportes. **Diagnóstico nacional do esporte.** Brasília: Ministério dos Esportes, 2015. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/diesporte/2.html>>.

CAMARANO, A. A. *et al.* Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília: Ipea, 2014.

CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília: Ipea, 2014.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Como as famílias brasileiras estão lidando com idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras? A visão mostrada na Pnad. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Cuidados de longa duração para população idosa: um novo risco a ser assumido?** Brasília: Ipea, 2010.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. Menos jovens e mais idosos no mercado de trabalho? *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília: Ipea, 2014. cap. 12.

CANDEAS, A. Há um pensamento estratégico para o Brasil? **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 207-234, 2014.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado.** Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1584).

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável.** Santiago: Cepal, 2016.

CEPED – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES. **Mobilização comunitária e comunicação de risco para a redução de riscos de desastres.** Florianópolis: CEPED/UFSC, 2012.

CGI – COMITÊ GESTOR DA INTERNET. **TIC educação 2014.** São Paulo: CGI, 2015.

CUNHA, A. **Saneamento básico no Brasil: desenho institucional e desafios federativos.** Rio de Janeiro: Ipea, jan. 2011. (Texto para Discussão, n. 1565).

DACOSTA, L. **Atlas do esporte no Brasil.** Rio de Janeiro: Confef, 2006.

EARP, F.; PAULANI, L. M. Mudanças no consumo de bens culturais no Brasil após a estabilização da moeda. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512014000300469>.

FALTA gente qualificada para 75% das empresas em Feira. **A Tarde**, 23 jan. 2016.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010.** Belo Horizonte: FJP, 2013.

_____. **Déficit habitacional no Brasil 2013: resultados preliminares.** Belo Horizonte: FJP, 2015. (Nota Técnica).

GODET, M. **Manual de prospectiva estratégica.** Lisboa: Dom Quixote, 1993. 405 p.

GUEDES, M. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, ciência, saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 117-132, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros – cultura.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – síntese de indicadores.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas.** Brasília: Ipea, 2010. v. 2.

_____. **SIPS – sistema de indicadores de percepção social: mobilidade urbana.** Brasília: Ipea, 2011.

_____. **Tendências demográficas mostradas pela Pnad 2011**. Brasília: Ipea, 2012. (Comunicados do Ipea, n. 157).

_____. **Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE**. Brasília: Ipea, 2013.

_____. **Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea; Assecor, 2017.

ITB – INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ociosidade das redes de esgoto**. São Paulo: ITB, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/rs5xgV>>.

LIMA, L. Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, p. 268-284, 2011.

MARCIAL, E. C. **Análise estratégica: estudos de futuro no contexto da inteligência competitiva**. Brasília: Thesaurus, 2011.

MARCIAL, E. C. (Org.). **Megatendências mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo?** Brasília: Ipea, 2015.

MARCIAL, E. C.; GRUMBACH, R. J. S. **Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 288 p.

MARINHO, A.; CARDOSO, S.; ALMEIDA, V. Envelhecimento populacional e gastos com saúde no Brasil. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília: Ipea, 2014. cap. 17.

MOREIRA, M. Brasil ocupada a 11ª posição na AL em saneamento básico, diz estudo. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 16 mar. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-03/brasil-ocupa-11a-posicao-na-al-em-saneamento-basico-diz-estudo>>.

NUNES, A. O envelhecimento populacional e as despesas do sistema único de saúde. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004. cap. 13.

PEREIRA, R. H.; SCHWANEN, T. **Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009): diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1813).

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2013**. Nova Iorque: Pnud, 2013.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Desenvolvimento humano para além das médias: 2017**. Brasília: Pnud; Ipea; FJP, 2017.

PRIMEIRA edição do Fies em 2016 oferta 250 mil vagas de financiamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jan. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1733794-primeira-edicao-do-fies-em-2016-oferta-250-mil-vagas-de-financiamento.shtml>>.

SARETTA, C. *et al.* **Avaliação do desenho institucional, dos recursos e das capacidades para a concretização do planejamento de longo prazo no Brasil**. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão n. 2129). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2129.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

SCHWARTZ, P. **The art of long view: planning the future in an uncertain world**. New York: Doubleday, 1996.

SEMESP – SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO. **A força do ensino superior no mercado de trabalho**. São Paulo: Semesp, 2008.

SENAI ressalta importância do ensino profissionalizante. **Estadão**, São Paulo, 6 nov. 2012.

SOARES, S.; OSÓRIO, R. Desigualdade e bem-estar no Brasil na década da estabilidade. *In*: BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2006.

TAFNER, P.; BOTELHO, C.; ERBISTI, R. Transição demográfica e o impacto fiscal na previdência brasileira. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília: Ipea, 2014.

UN – UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **Trends in international migration 2015**. New York: UN, 2015.

VALADARES, A. (Ed.). *et al.* **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, 2015. (Boletim de Políticas Sociais, n. 23).

WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, E. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

YOUNG, C. E.; AGUIAR, C.; POSSAS, E. Custo econômico do tempo de deslocamento para o trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Econômica**, Niterói, v. 15, n. 2, p. 9-22, dez. 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Perspectivas do investimento 2015-2018 e panoramas setoriais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2842>>.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**: diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2014. Brasília: SNSA/Ministério das Cidades, 2016.

BRASIL pode demorar mais de 100 anos para universalizar o saneamento. **G1**, 28 abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ZCLb1E>>.

BRASIL ocupa a 11ª posição na AL em saneamento básico, diz estudo. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 16 mar. 2016. Disponível em: <goo.gl/hQNb23>.

CNT – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE; BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Pesquisa CNT/MDA**: rodada 119 – relatório síntese. Brasília: CNT; MDA, ago. 2014.

_____. **Pesquisa CNT/MDA**: rodada 128 – relatório síntese. Brasília: CNT; MDA, jul. 2015.

GHEZZI, D.; CATELLI, R. E. **Indicadores quantitativos, pesquisas sobre hábitos culturais, e políticas públicas de cultura**. Rio de Janeiro: FCRB, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil** – 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Quanto custa o Plano Nacional de Educação?** Uma estimativa orientada pelo custo aluno qualidade (CAQ). Brasília: Ipea, out. 2016. (Nota Técnica, n. 30). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28785>.

ITB – INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ociosidade das redes de esgoto**. São Paulo: ITB, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/rs5xgV>>.

APÊNDICE

QUADRO A.1 Instituições parceiras do projeto Brasil 2035

1	Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)
2	Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
3	Associação dos Analistas de Comércio Exterior (AACE)
4	Associação dos Funcionários do Ipea (Afípea)
5	Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (Aner)
6	Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor)
7	Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp)
8	Banco do Brasil (BB)
9	Banco Central do Brasil (BCB)
10	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
11	Brainstorming Consultoria e Treinamento
12	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)
13	Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)
14	Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)
15	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
16	Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
17	Empresa de Planejamento e Logística (EPL)
18	Escola Superior de Guerra (ESG)
19	Exército Brasileiro – Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx)
20	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
21	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
22	Marinha do Brasil – Estado-Maior da Armada (EMA)
23	Ministério da Defesa – Assessoria de Planejamento (Asplan/MD) e Chefia de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CAE/EMCFA/MD)
24	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
25	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)
26	Museu do Amanhã
27	Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
28	Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ)
29	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Universidade Estadual Paulista – Unesp; Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP) e Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (Ippri/Unesp)
30	Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP)

Elaboração dos autores.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Elaine Oliveira Couto
Lara Alves dos Santos Ferreira de Souza
Luciana Nogueira Duarte
Mariana Silva de Lima
Vivian Barros Volotão Santos
Bruna Oliveira Ranquine da Rocha (estagiária)
Cynthia Neves Guilhon (estagiária)

Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna
Mayana Mendes de Mattos (estagiária)
Vinícius Arruda de Souza (estagiário)

Capa

Danielle de Oliveira Ayres
Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 2026-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**



ISSN 1415-4765



9 771415 476001